

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 11/08/2025
HASH: 22572900a31c3724e4a3d79372833955



RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2024



Esta página ficou propositadamente em branco







RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2024

Praça do Município
4700-435 Braga
www.cm-braga.pt
municipe@cm-braga.pt



ÍNDICE GERAL

Nota Prévia	8
Enquadramento Legal.....	11
Grupo Público – Município de Braga.....	12
TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM	12
AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM	13
BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.	14
Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM.....	14
IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.....	15
SGEB – Sociedade Gestão equipamentos Braga, em.	16
Atividade Desenvolvida – Síntese Global	17
TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.	17
Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.....	17
Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.....	18
Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.....	19
InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.	20
SGEB – Sociedade Gestão equipamentos Braga, EM.	21
Análise Económica e Financeira Consolidada	22
Análise Demonstração de Resultados Consolidados.....	22
Análise da Estrutura dos Gastos	23
Análise da Estrutura dos Rendimentos	25
Análise da Estrutura do Balanço Consolidado	27
Indicadores de Análise	29
Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal	31
Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	32
Balanço Consolidado.....	32
Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	34
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	35
Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	37
Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	38
Demonstrações Orçamentais Consolidadas.....	63



Índice de Ilustrações

Quadro 1 – Demonstração de Resultados Consolidados.....	22
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados	23
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados.....	25
Quadro 4 – Análise da estrutura do Balanço Consolidado	27
Quadro 5 – Indicadores de Liquidez.....	29
Quadro 6 – Rácios de Solvabilidade.....	29
Quadro 7 – Rácios de Endividamento.....	30
Quadro 8 – Nível de Endividamento do Grupo Municipal	31
Quadro 9 – Balanço Consolidado	32
Quadro 10 – Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza	34
Quadro 11 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa.....	35
Quadro 12 – Demonstração Consolidada de Alterações no Património Líquido.....	37
Quadro 13 – Outras entidades Participadas	39
Quadro 14 – Entidades contabilizadas pelo MEP	40
Quadro 15 – Caixa e Depósitos Bancários	42
Quadro 16 – Erros materiais de períodos anteriores	44
Quadro 17 – Ativos intangíveis	46
Quadro 18 – Acordos de Concessão de Serviços Concedente	47
Quadro 19 – Ativos fixos tangíveis	48
Quadro 20 – Locações	49
Quadro 21 – Custo de empréstimos obtidos	49
Quadro 22 – Imparidade de ativos.	49
Quadro 23 – Perdas por imparidade acumuladas.....	50
Quadro 24 – Custo de empréstimos obtidos.	50
Quadro 25 – Inventários.	51
Quadro 26 – Provisões.....	52
Quadro 27 – Passivos Contingentes.....	54
Quadro 28 – Estado e Outros Entes Públicos.....	58
Quadro 29 – Outros contas a receber e a pagar.	58
Quadro 30 – Rendimentos.....	59
Quadro 31 – Gastos	59
Quadro 32 – Gastos com Pessoal	60
Quadro 33 – Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	63
Quadro 34 – Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado	64



Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados	24
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados	26
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado	28
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado	28



Nota Prévia

As demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com a NCP 22, são as Demonstrações Financeiras (DF) de um grupo de empresas relacionadas compreendido como grupo público, em que se apresenta a sua informação contabilística como se de uma única entidade se tratasse. Ou seja, a entidade que controla prepara a sua demonstração financeira consolidada com as entidades controladas com a finalidade de apresentar uma visão fiel e precisa da situação financeira e económica desse conjunto de entidades como um todo.

Um grupo de sociedades é formado por uma entidade chamada empresa-mãe e todas as entidades nas quais, direta ou indiretamente, por meio de outra, possui uma participação que lhe concede o direito de exercer controlo ou influência sobre as mesmas.

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFC) requer a combinação das Demonstrações Financeiras Individuais das diversas entidades mencionadas. Através da aplicação de técnicas e procedimentos específicos de consolidação, essas demonstrações são integradas de forma a fornecer informações financeiras e económicas como se pertencessem a uma única entidade.

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, *“o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”*. Acrescenta, o número 2 do mesmo artigo, que a *“contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”*.

Por outro lado, prevê-se, no artigo 75.º, do mesmo diploma, a obrigatoriedade dos municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, pretende abraçar dois objetivos: (i) dar cumprimento a esta obrigação legal, e, também, (ii) assumir claramente que a prestação de contas está intimamente ligada à transparência no uso dos recursos públicos (e não deve ter



como único objetivo responder à pressão da lei), sendo um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Na dimensão técnica, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- ✓ melhorar o processo de tomada de decisão;
- ✓ potenciar o controlo;
- ✓ melhorar a informação financeira do grupo;
- ✓ implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- ✓ facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, em que o Município de Braga é detentor de uma percentagem de controlo, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base o método de consolidação integral, nas entidades onde exerce influência significativa, foi utilizado o método de equivalência patrimonial. Subsequentemente a esta integração (mediantes os dois métodos descritos), foram eliminadas todas as operações intergrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se, assim, duplicação de valores.

O referencial contabilístico, SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas. A aplicação deste normativo contabilístico passou a ser de adoção obrigatória para o município, bem como para as empresas municipais reclassificadas, designadamente, Faz Cultura, Bragahabit e TUB, permitindo, também, uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local (AGERE, InvestBraga e SGEB). As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Braga foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

Assim, torna-se estratégico assumir, em matéria do património municipal, bem como, ao nível das empresas municipais, na aplicação da contabilidade orçamental nas empresas municipais, regulada pela NCP Contabilidade e Relato Orçamental, a necessidade de dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento para o novo normativo contabilístico.



Importa realçar a entrada de uma nova empresa municipal para o perímetro de consolidação com a aquisição de parte do capital pertencente a acionistas privados, com a finalidade exclusiva de proceder à subsequente internalização das atividades desenvolvidas pela participada.

Assim, procedeu o Município à aquisição de 51% do capital da empresa SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA, pelo montante de 15 000 000 euros, passando dessa forma a deter a totalidade do capital da sociedade.

A sociedade SGEB tem como objetivo a criação, construção, desenvolvimento, financiamento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais.

Em conclusão, o perímetro de consolidação do Município de Braga inclui as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, EM
- Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM, S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, EM
- SGEB - Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, SA

Para melhor interpretação dos números, o presente relatório contém uma breve análise dos principais agregados, de forma a permitir conhecer a situação económico-financeira do grupo e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.



Enquadramento Legal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Na situação do Município de Braga, o grupo municipal é constituído exclusivamente pelas empresas municipais.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

Por sua vez, o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Por fim, importa esclarecer que, em matéria de consolidação de contas, o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo".

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas segue o prescrito no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o SNC-AP -, designadamente o seguinte quanto aos perímetros de consolidação: Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26) e Perímetro de natureza financeira (NCP22).



Grupo Público – Município de Braga

O Perímetro de Consolidação nem sempre integra todas as entidades participadas, tal como define, de forma supletiva, o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009. Ou seja, o diploma exclui as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, isto é, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante. A sua não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto pelo Município de Braga e pelas empresas municipais TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM, e Bragahabit, EM uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação financeiro identificadas acima não aplicam a contabilidade orçamental. No entanto, a empresa Bragahabit apenas aplicou parte da NCP 26 não contendo os mapas necessários para a consolidação orçamental do grupo.

No mapa da Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza e Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado em 31 de dezembro de 2024 foram considerados os dados da empresa mãe juntamente com Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM.

TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM, capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é a promoção serviços de mobilidade sustentável e inclusivos comprometidos com as pessoas e o seu bem-estar, e a preservação da biodiversidade.

Tem como principais valores: Ética, Sustentabilidade, Pessoas e Planeta, Inovação e Criação de Valor.



A sua Visão é ser uma referência em mobilidade responsável, com enfoque no desenvolvimento de pessoas e comunidades mais capazes, focadas na criação de valor e na defesa do Planeta.

A TUB encerra o ano 2024 com 395 funcionários efetivos, com cerca de 162 viaturas, tendo transportado cerca de 13 905 609 passageiros.

Relativamente à performance económico financeira da empresa TUB, os resultados confirmam as projeções avançadas onde alcançaram um crescimento no volume de negócios de 37,51%, atingido mais de 21 milhões de euros, concretizando-se numa evolução positiva de mais de 5,71 milhões de euros, quando comparado com o ano anterior.

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

A AGERE-EM tem um capital social de 39 milhões de euros, integralmente subscrito, realizado e detido a 51% pelo Município de Braga e a 49% por "Geswater - Águas e Resíduos, S.A.", encontrando-se representado por 390.000 ações, com o valor nominal de cem euros.

O posicionamento estratégico da AGERE continua a desenvolver-se com base no compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras, gerando por isso valor para todas as Partes Interessadas.

A AGERE-EM conta atualmente com 561 funcionários, em que o seu sistema de abastecimento permite fornecer água com qualidade a todo o concelho e tem atualmente sob sua gestão 1.232 km de rede, servindo 48.249 ramais domiciliários, correspondendo a uma taxa de adesão ao serviço de 93,22%. O sistema é servido por 27 reservatórios, com uma capacidade de reserva de 2,43 dias, com sistema de monitorização implementado através de telegestão.



BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12.500.000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, em 21 de junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

No centro da sua missão está a vontade concertada de reduzir as dificuldades sociais e económicas dos cidadãos mais desfavorecidos. Tem, ainda, sob sua responsabilidade a gestão dos apoios sociais a prestação de serviços socioeducativos, como os serviços de refeição e ocupação de tempos livres.

Como missão assegura soluções habitacionais para todos, especialmente para as pessoas que vivem em condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação justa.

A BragaHabit atua na transformação do espaço público e no acesso a condições justas e condignas. Com vista a melhorar a qualidade habitacional, social e educativa, e, em última instância, a própria saúde da população. São múltiplos os projetos sociais que criamos, que promovem a participação das pessoas nos processos de decisão que a todos respeitam e que fomentam o empreendedorismo social, ao fornecerem instrumentos facilitadores da resolução de problemas comuns.

A BragaHabit conta atualmente com 108 funcionários tendo, em 2024 atingindo um volume de negócios próximo dos 2,5 milhões de euros.

Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM

O ano 2024, representou um marco significativo na trajetória da empresa municipal. Assinalando um período de transformação e consolidação da missão. A alteração da designação de Teatro Circo de Braga, EM SA para Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM.

A empresa Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM., tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.



A empresa conta atualmente com 79 colaboradores, tendo em 2024, realizado um conjunto de atividades para um público total de 86.236 pessoas, e um volume de negócios de cerca de 1 milhão de euros.

IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

A InvestBraga tem por objetivo a promoção do desenvolvimento económico local e regional, através da dinamização de atividades de interesse público, por delegação da Câmara Municipal de Braga. A sua atuação centra-se na valorização do território, no incentivo à internacionalização e na captação de investimento nacional e estrangeiro.

Entre os principais objetivos estratégicos da InvestBraga destacam-se:

- a) atrair investimento para a região, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;
- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) tornar Braga um polo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;
- e) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização
- f) Tornar Braga como local de referência para a realização de grandes eventos, como destino preferencial para o Turismo de Negócios;

A InvestBraga conta com 38 colaboradores tendo, em 2024, atingindo um volume de negócios aproximadamente 3 milhões de euros.



SGEB – Sociedade Gestão equipamentos Braga, em.

A empresa SGEB – Sociedade de Gestão de Equipamentos de Braga, E.M., capital social de €150.000, foi constituída em 11 de novembro de 2008, tendo o Município de Braga como acionista.

A empresa tem como objetivo a criação, construção, desenvolvimento, financiamento, instalação, requalificação, apetrechamento, manutenção e conservação de equipamentos desportivos e de lazer e infraestruturas municipais.

A missão da SGEB está centrada na implementação e gestão de infraestruturas desportivas e de lazer no concelho de Braga.

No dia 5 de setembro de 2024, é decidido (pelo Tribunal de Contas – processo de fiscalização prévia 1084/2024) conceder o visto ao contrato de compra e venda, permitindo a aquisição pelo município das ações aos acionistas privados. Em 27 dezembro de 2024, é finalmente concluído o processo de aquisição das restantes participações, dando assim início a liquidação da sociedade e respetiva internalização dos serviços prestados, que deverá acontecer no prazo máximo de 6 meses.

A SGEB atingiu em 2024 um volume de negócios próximo dos 5,3 milhões de euros.



ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório apresenta o processo de consolidação das contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, referente ao exercício económico de 2024, refletindo o compromisso de todo o universo municipal com a prestação de contas e a transparência junto dos munícipes e demais interessados.

Para uma compreensão mais abrangente da atividade municipal, recomenda-se a leitura dos relatórios de atividades e de contas do Município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, aos quais este documento vem agora complementar.

No que respeita às entidades controladas que integram o perímetro de consolidação municipal – e que, por esse motivo, são reconhecidas pelo método da consolidação integral –, destacam-se os seguintes resultados:

TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

O ano de 2024 foi particularmente marcante para os Transportes Urbanos de Braga, ao registar o maior crescimento da procura dos últimos 11 anos, com um aumento superior a 9% face a 2023, atingindo quase 14 milhões de passageiros transportados.

Destaca-se, igualmente, a continuidade do processo de modernização e renovação da frota, com a entrada em operação de 12 novas viaturas MIDI elétricas, consolidando o compromisso da empresa com a sustentabilidade e descarbonização. Este marco contribuiu para antecipar o cumprimento da meta do Plano Estratégico e Sustentabilidade 2030 no que respeita à frota limpa, atualmente composta por 43 autocarros 100% elétricos e 25 movidos a gás natural. No domínio da inovação, os TUB lançaram uma nova aplicação móvel com informação em tempo real, melhorando substancialmente a experiência dos passageiros.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 5,4 milhões de euros.

Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

A intervenção da AGERE é orientada pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia, onde mantém uma estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, com uma responsabilização permanente de assegurar os serviços de abastecimento



público de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos assumindo uma política de desenvolvimento sustentável, respeitando os recursos ambientais e humanos.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2024, destaca-se a celebração dos 25 anos da AGERE, assinalada com diversas iniciativas de proximidade, sensibilização ambiental e reforço do compromisso com a sustentabilidade, como a Exposição “25 Anos AGERE” e a conferência “No Caminho para a Sustentabilidade Integral”. A AGERE foi distinguida, pelo 11.º ano consecutivo, com o selo de “Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano” atribuído pela ERSAR, reafirmando a excelência do serviço prestado. Foi também reconhecida com o “Selo da Igualdade Salarial” pela CITE, e premiada com a melhor classificação nacional na Experiência Digital 2024 no âmbito do projeto BECX.

O EBITDA registou 16,1 milhões de euros, menos 6,43% do que no ano anterior, justificado pelo aumento das rubricas fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal e outros gastos e perdas, contrabalançado pelas rubricas vendas e serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos e ganhos.

O resultado líquido de 2024 ascendeu a 5,8 milhões de euros, registando uma diminuição de 14,09% relativamente ao resultado líquido verificado em 2023.

Apesar do peso relevante do valor das amortizações na estrutura de gastos e perdas operacionais, o resultado operacional cifra-se em 8,8 milhões de euros positivos.

Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.

O ano de 2024 foi marcado por um significativo dinamismo da Bragahabit, refletido na diversidade de atividades desenvolvidas e no reforço do seu papel estratégico no seio municipal. A empresa continuou a assegurar a gestão dos apoios à habitação do Município de Braga, a administração do parque de habitação pública, bem como a manutenção do património imobiliário municipal e a prestação de serviços nas áreas de educação, ação social e intervenção comunitária.

Destaca-se o apoio a 2 416 famílias nos oito regimes de apoio habitacional, pelo que demonstra o empenho contínuo da empresa municipal em garantir soluções habitacionais inclusivas e eficazes, mesmo em cenários de elevada procura.



No que diz respeito à educação, a Bragahabit manteve a competência, delegada pelo município, ao nível das refeições escolares, Atividade de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família, em 9 jardins de infância e 13 estabelecimentos de ensino do 1º ciclo.

Já no que respeita à Inovação Social, foram promovidos três programas de aceleração que contaram com a participação de 33 projetos promovidos por empreendedores sociais e organizações sociais do Município de Braga. Em 2024, o Human Power Hub foi responsável pela mobilização de mais de 275 000€ de investimento de impacto em projetos de inovação social.

Além disso, no âmbito da implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a Bragahabit decidiu enquadrar esse processo num objetivo mais amplo que passa pela certificação do Sistema de Gestão Anticorrupção através da Norma NP EN ISSO 37001:2018, um passo fundamental para reforçar a integridade e a transparência nas operações da empresa.

O ano de 2024 foi ainda marcado por algumas distinções e pela celebração dos 25 anos da empresa, momentos de reconhecimento do percurso e do impacto da empresa na vida dos cidadãos.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2024 um resultado líquido positivo de cerca de 215 mil euros.

Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.

O ano de 2024 representou um novo marco significativo na trajetória da instituição, assinalando um período de transformação e consolidação da missão. A alteração da designação de Teatro Circo de Braga, EM SA para Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM., reflete o compromisso em ampliar e diversificar o contributo para a estratégia cultural do concelho de Braga.

O ano 2024 foi o primeiro ano de uma programação desenhada com um enfoque reforçado nas artes performativas, bem como na mediação e participação dos públicos. A existência de uma Direção artística transversal à Empresa permitiu explorar sinergias entre dois equipamentos geridos pela Faz Cultura: o Theatro Circo e o Gnratião.

Em 2024 a empresa Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM. realizou atividades para um público total de 86.236 pessoas, destacando-se eventos como a XVI Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO e Braga Capital Portuguesa da Cultura.



Em termos económico-financeiros, em 2024, a Faz Cultura apresenta um resultado positivo cerca de 91 mil euros mantendo a sequência de resultados positivos da empresa.

InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.

No decurso do ano de 2024, a InvestBraga prestou apoio a projetos de investimento e realizou atendimentos/reuniões com empresas, empresários, empreendedores, potenciais investidores, facilitadores de investimento e outras entidades de apoio e promoção de atividades económicas. Do total dos projetos acompanhados, 40% são de origem internacional.

Os restantes 60% são projetos de origem nacional, caracterizando-se por serem de diferentes dimensões e múltiplos setores de atividade, desde a indústria, serviços, comércio e turismo. Estes são projetos em diferentes fases de desenvolvimento e de promotores com perfis diferenciados, que pretendem iniciar uma nova fase de investimento, criando ou expandindo para uma nova unidade.

No decurso de 2024, e no âmbito do Espaço do Investidor, foram prestados diversos apoios e serviços que procuraram responder às necessidades das empresas, dos empreendedores e dos investidores, através de:

- Apoio e esclarecimento sobre os processos de criação de empresas;
- Ajuda na procura de espaços de localização das atividades económicas, tendo sido realizadas reuniões com facilitadores de investimentos, prestadores de serviços de apoio às empresas e proprietários de opções de localização para projetos de investimento tendo sido apresentadas possíveis localizações a 19 empresas;
- Apoio ao processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal, tendo neste período sido acompanhados e agilizados 21 processos de licenciamento;
- Identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, através do apoio a 13 projetos na procura de fontes de financiamento, num trabalho realizado em estreita ligação com os nossos parceiros estratégicos e de apoio à gestão;
- Apoio na instrução dos processos de candidaturas ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, regidos pelo Regulamento nº 789/2016.
- Apoio às empresas, empresários e empreendedores juntamente com a rede de apoio dos consultores e parceiros associados que, em estreita relação com a equipa da Dinamização



Económica e Atração de Investimento, prestam apoio e esclarecimento em matéria jurídica, contabilística, laboral, na área de gestão, financiamento e de consultoria económica apoiando, assim, as empresas na tomada de decisões;

- Promoção de 104 ações de dinamização económica.

Em termos financeiros, o exercício 2024 encerra com um resultado positivo em cerca de 21 mil euros.

SGEB – Sociedade Gestão equipamentos Braga, EM.

O ano de 2024 representou um novo marco para a empresa. Em dezembro de 2024, foi finalmente concluído o processo de aquisição das restantes participações por parte do Município. A perspetiva para 2025 passa por uma renegociação de todo o passivo bancário, condizente com a nova realidade societária e respetivo risco, o que permite baixar significativamente a exposição a esta volatilidade, permitindo que a internalização venha a acontecer com um serviço de dívida menos oneroso e um passivo perfeitamente estabilizado.

A internalização e liquidação da sociedade ocorrerá até dia 26 de junho de 2025, ao abrigo do enquadramento jurídico estabelecido pelo artigo 167.º da Lei do Orçamento de Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro).

Em termos financeiros, o exercício 2024 encerra com um resultado negativo em cerca de 5,4 milhões euros.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A elaboração da análise económica e financeira consolidada foi elaborada com base na situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2024.

Análise Demonstração de Resultados Consolidados

No ano económico de 2024, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de **Gastos** no montante de **229 milhões de euros** e de **Rendimentos** no valor de **209 milhões de euros**, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício dos detentores de capital da entidade mãe** negativo de **- 23 milhões de euros**.

	2024	2023 (reexp.)	2023
Rendimentos			
Impostos, contribuições e taxas	75 772 743,13	73 177 110,66	73 177 110,66
Vendas	9 097 761,34	8 766 433,59	8 766 433,59
Prestações de serviços e concessões	28 111 359,96	33 808 357,64	33 808 357,64
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conj.	0	4 679,47	4 679,47
Transferências e subsídios correntes obtidos	71 746 747,73	61 196 907,18	61 196 907,18
Trabalhos para a própria entidade	1 372 511,90	1 125 848,75	1 125 848,75
Imparidade de dívidas a receber (reversões)		726 497,76	726 497,76
Provisões	0	0	0
Juros e rendimentos similares obtidos	625 226,21	293 397,70	293 397,70
Outros rendimentos	22 643 295,28	16 442 809,04	16 442 809,04
	209 369 645,55	195 542 041,79	195 542 041,79
Gastos			
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conj.	15 165 350,59	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 084 494,49	4 750 328,28	4 750 328,28
Fornecimentos e serviços externos	54 344 197,85	54 932 247,92	54 932 247,92
Gastos com pessoal	80 859 369,80	72 507 709,78	72 507 709,78
Transferências e subsídios concedidos	15 976 271,23	17 639 095,24	17 639 095,24
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	232 884,85	0	0
Provisões	2 675 627,27	6 927 223,19	203 159,19
Outros gastos	9 830 355,15	12 287 958,20	12 287 958,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização	37 609 774,38	33 295 051,87	33 295 051,87
Juros e gastos similares suportados	7 753 866,01	2 568 856,13	2 568 856,13
	229 532 191,62	204 908 470,61	198 184 406,61
Resultado líquido do período	-20 162 546,07	-9 366 428,82	-2 642 364,82
Interesses que não controlam	2 850 071,62	41 085,21	41 085,21
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital da entidade mãe	-23 012 617,69	-9 407 514,03	-2 683 450,03

Quadro 1 – Demonstração de Resultados Consolidados.



Análise da Estrutura dos Gastos

Os gastos suportados pelo grupo municipal nos anos 2023 e 2024 são apresentados no quadro infra bem como as respetivas variações absolutas e relativas.

Descrição	2023	2023 (Reexp.)	2024	Peso	Variação 2023/2024	Variação % 2023/2024
CMVMC	4 750 328	4 750 328	5 084 494	2,22%	334 166	7,03%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conj.	0	0	15 165 351	6,61%	15 165 351	-
Fornecimentos e serviços externos	54 932 248	54 932 248	54 344 198	23,68%	-588 050	-1,07%
Gastos com o pessoal	72 507 710	72 507 710	80 859 370	35,23%	8 351 660	11,52%
Transferências e subsídios concedidos	17 639 095	17 639 095	15 976 271	6,96%	-1 662 824	-9,43%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	33 295 052	33 295 052	37 609 774	16,39%	4 314 723	12,96%
Provisões	203 159	6 927 223	2 675 627	1,17%	-4 251 596	-61,38%
Juros e gastos similares suportados	2 568 856	2 568 856	7 753 866	3,38%	5 185 010	201,84%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	232 884,85	0,10%	232 885	-
Outros gastos	12 287 958	12 287 958	9 830 355	4,28%	-2 457 603	-20,00%
Total	198 184 407	204 908 471	229 532 192	100%	24 623 721	12,02%

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Gastos Consolidados.

Da análise do quadro acima, é possível verificar as oscilações entre os períodos homólogos (2024-2023), realça-se os seguintes pontos, por ordem de grandeza:

- (i) o valor reconhecido como **gasto imputado das entidades controladas no valor de aproximadamente de 15 milhões** relacionado com as eliminações do método de equivalência patrimonial do grupo municipal;
- (ii) **o aumento gastos com o pessoal em 8,4 milhões de euros** é justificado essencialmente pela aumento de valor nas contas da empresa mãe, com a seguinte justificação: medidas de valorização remuneratória legalmente previsto; a revisão da carreira da Polícia Municipal com efeitos a 01/01/2023 , as alterações de posicionamento obrigatórias com efeito a 01/01/2024 , nomeadamente por força do Decreto-Lei nº74/2023 (acelerador de carreiras) e do Decreto-Lei n.º 84-F/2022 (antiguidade Assistentes Operacionais). Aumentos dos encargos por via das novas integrações no quadro do município. De realçar que as empresas do grupo municipal que contribuem para o valor significativo de gastos suportados com pessoal são a AGERE e TUB.



- (iii) **aumento dos gastos com juros e gastos similares suportados em 5,2 milhões de euros**, que reflete o aumento da obtenção de crédito para suportar as suas despesas e reflete também o impacto do aumento das taxas de juro, traduzindo-se em custos de financiamento mais elevados. No perímetro do grupo público, importa referir que a SGEB foi a entidade que mais contribuiu para o aumento desta rubrica, resultado do efeito conjugado de três fatores: o valor em dívida a fornecedores, o prazo decorrido desde a data de vencimento das faturas e a aplicação de uma taxa de juro, que foi aprovada em 7,225%;
- (iv) **aumento dos gastos de depreciação e amortização em 4,3 milhões de euros** resultado essencialmente pelo o impacto do trabalho realizado no reconhecimento dos ativos na empresa mãe e na integração da nova participada SGEB que tem reconhecido nas suas contas individuais aproximadamente 3 milhões de depreciações em ativos no exercício de 2024.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos gastos consolidados.

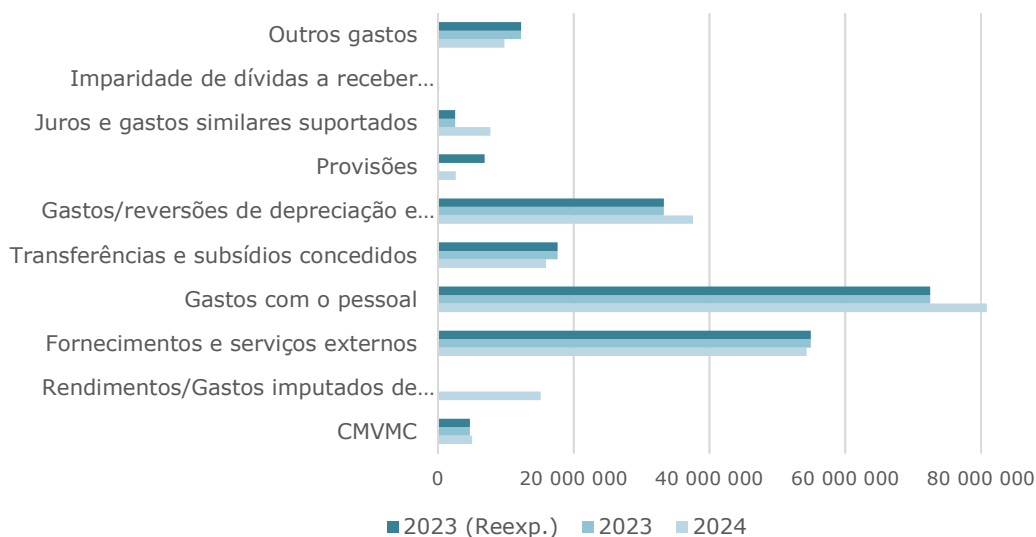


Figura 1- Comparativo da Estrutura de Gastos Consolidados



Análise da Estrutura dos Rendimentos

Em comparação entre os anos 2023 e 2024, o grupo municipal regista em 2024 um aumento global dos seus **rendimentos** em **14 milhões de euros**, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 7,07 %.

Descrição	2023	2023 (Reexp.)	2024	Peso	Variação 2023/2024	Variação % 2022/2023
Impostos, contribuições e taxas	73 177 111	73 177 111	75 772 743	36,19%	2 595 632	3,55%
Vendas e prestação de serviços	42 574 791	42 574 791	37 209 121	17,77%	-5 365 670	-12,60%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conj.	4 679	4 679	0	0,00%	-4 679	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	61 196 907	61 196 907	71 746 748	34,27%	10 549 841	17,24%
Trabalhos para a própria entidade	1 125 849	1 125 849	1 372 512	0,66%	246 663	21,91%
Juros e rendimentos similares obtidos	293 398	293 398	625 226	0,30%	331 829	113,10%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	726 498	726 498	0	0,00%	-726 498	-
Outros rendimentos	16 442 809	16 442 809	22 643 295	10,81%	6 200 486	37,71%
Total	195 542 042	195 542 042	209 369 646	100%	13 827 604	7,07%

Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos Consolidados.

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento na rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos de 10,6 milhões de euros** – como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município, ou seja, o reconhecimento das transferências com origem no Orçamento de Estado que se destinaram a custear a descentralização administrativa na área da educação, acrescida das áreas da ação social e saúde;
- (ii) **o aumento na rubrica de outros rendimentos de 6,2 milhões de euros.** Importa destacar os valores obtidos nesta rubrica com elevado impacto nas demonstrações das empresas TUB e da AGERE. Quanto à variação da rubrica Outros rendimentos, o município reconhece uma variação de 3 milhões de euros, sendo esta considerada de maior impacto para a demonstração de resultados do grupo público que resulta da renda da concessão da EDP, rendimentos de capital (artigo 35.º da Lei n.º73/2013), correções de estimativas de impostos diretos e da imputação de subsídios para investimento;
- (iii) **o aumento da rubrica imposto, contribuições e taxas em aproximadamente 2,6 milhões de euros** – resulta da variação contabilizada globalmente nas demonstrações



financeiras individuais do grupo consolidado. Importa referir que este valor é reconhecido exclusivamente pelo município e a sua variação positiva é explicada essencialmente pelo comportamento da Derrama (+2M€); IMI (+500m€); IUC (+211m€); Impostos Indiretos (+654m€) e Taxas Multas e Outras Penalidades (-771m€).

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

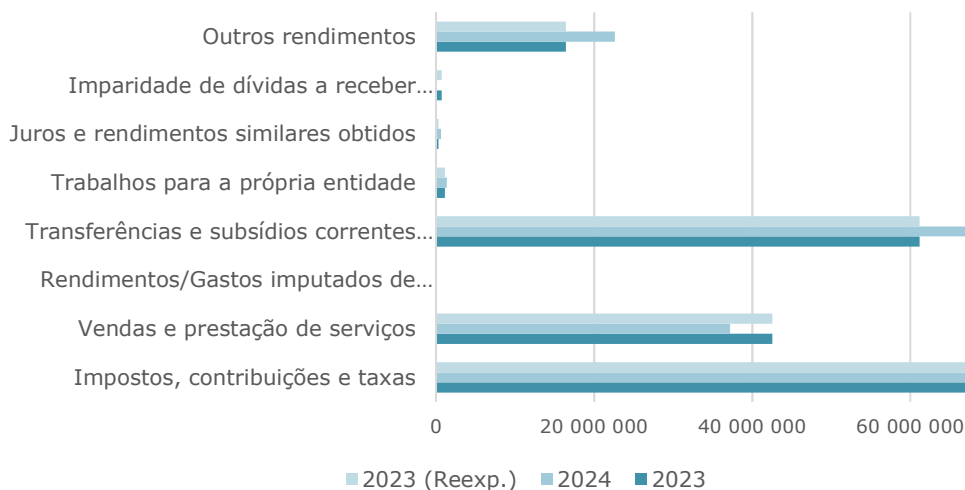


Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados

O resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de capital da entidade mãe é negativo em 23 012 617,69€ €, originado pelo resultado negativo obtido pela empresa mãe no ano 2024. Importa realçar que, no ano 2024, com integração da empresa SGEB no grupo municipal, houve uma contribuição adicional para resultado negativo devido às suas demonstrações financeira individuais apresentarem um resultado negativo em 5,4 milhões. Este valor negativo é também justificado por força da anulação dos efeitos no cálculo do MEP, nomeadamente o impacto dos resultados positivos das participadas.

Por comparação com o período homólogo, verifica-se uma diminuição do resultado atribuível aos detentores de capital da entidade-mãe, cujas explicações se descrevem acima, na análise da estrutura de gastos.



Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

A análise do balanço compreende a apreciação da situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2024, conforme determinam as disposições legais atualmente em vigor. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial do grupo municipal nos exercícios de 2023 e 2024.

	2023	2023 (Reexp.)	2024	Peso	Variação 2023/2024	Variação % 2023/2024
Ativos fixos	895 189 043	900 415 331	942 296 503	89,19%	41 881 172	4,65%
Inventários	1 854 316	1 854 316	2 658 740	0,25%	804 424	43,38%
Devedores diversos	73 808 745	73 808 745	86 108 446	8,15%	12 299 701	16,66%
Disponibilidades	19 628 476	19 628 476	22 829 963	2,16%	3 201 487	16,31%
Diferimentos	2 456 203	2 456 203	2 662 339	0,25%	206 136	8,39%
ATIVO	992 936 783	998 163 072	1 056 555 991	100%	58 392 920	5,85%
Património	192 159 694	192 159 694	192 159 694	23,90%	0	0,00%
Outros Instrumentos de CP	71 300	71 300	181 300	0,02%	110 000	154,28%
Ajustamentos em ativos financeiros	2 416 570	2 416 570	2 227 175	0,28%	-189 395	-7,84%
Prémios de emissão	389 704	389 704	389 704	0,05%	0	0,00%
Reservas	14 261 042	14 261 042	15 083 097	1,88%	822 055	5,76%
Resultados transitados	465 148 693	440 257 193	448 490 395	55,78%	8 233 203	1,87%
Outras variações no PL	124 884 012	124 884 012	133 645 741	16,62%	8 761 729	7,02%
Resultado líquido do exercício	-2 683 450	-9 407 514	-23 012 618	-2,86%	-13 605 104	144,62%
Interesses que não controlam	20 980 055	20 980 055	34 855 882	4,34%	13 875 828	66,14%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	817 627 620	786 012 056	804 020 371	100%	18 008 316	2,29%
Provisões	2 564 540	39 406 393	12 488 782	4,95%	-26 917 610	-68,31%
Financiamentos obtidos	71 814 033	71 814 033	127 876 711	50,64%	56 062 678	78,07%
Diferimentos	15 852 824	15 852 824	22 776 430	9,02%	6 923 606	43,67%
Credores diversos	85 077 767	85 077 767	89 393 697	35,40%	4 315 930	5,07%
PASSIVO	175 309 164	212 151 016	252 535 620	100%	40 384 604	19,04%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO + PASSIVO	992 936 783	998 163 072	1 056 555 991	100%	58 392 920	5,85%

Quadro 4 – Análise da estrutura do Balanço Consolidado.

O ativo apresenta um aumento do ano 2023 para 2024 no valor de 58 milhões de euros. Importa ressaltar a variação de 4,65 % na rubrica dos ativos fixos que resulta do trabalho ocorrido ao longo do tempo no Município que compreende o reconhecimento e mensuração de todos os ativos municipais, conforme exigência legal. De realçar o aumento dos devedores diversos e das disponibilidades com as variações de 16,66% e 16,31% respetivamente.

Quanto ao passivo do grupo, este regista uma variação positiva de 40 milhões euros que resulta essencialmente do aumento da rubrica de financiamentos obtidos (+56M€). Esta variação resulta



do valor reconhecido pelo município nas suas contas individuais em 33 milhões por via da contratualização de dois empréstimos: concretização do Plano de Intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública e a aquisição das participações financeiras da SGEB. Importa realçar que a nova participada contribui para este valor em 15 milhões de euros aproximadamente. Por último, o valor das provisões apresenta uma diminuição de cerca de 27 milhões, resultado das eliminações das transações entre o Município e a AGERE, relativo ao processo judicial em curso com a GESWATER pelo não pagamento das prestações de serviços realizadas pelas AGERE, acrescido do reconhecimento de 5 milhões de euros pela apresentação de capitais próprios a negativo pela SGEB no ano 2024.

Sublinhe-se o aumento do património líquido no valor de 18 milhões de euros, que contraria a apresentação de um resultado líquido do exercício negativo no valor aproximado de 23 milhões de euros.

As figuras que se seguem permitem uma melhor visualização das rubricas do balanço, assim como da evolução distributiva das respetivas rubricas, no biénio 2023-2024.

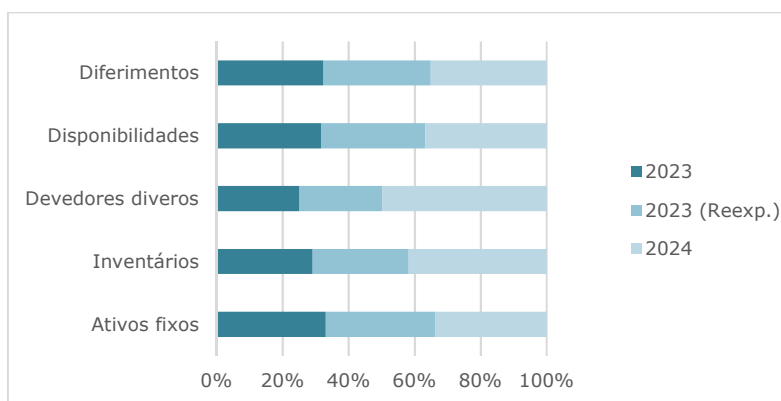


Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado

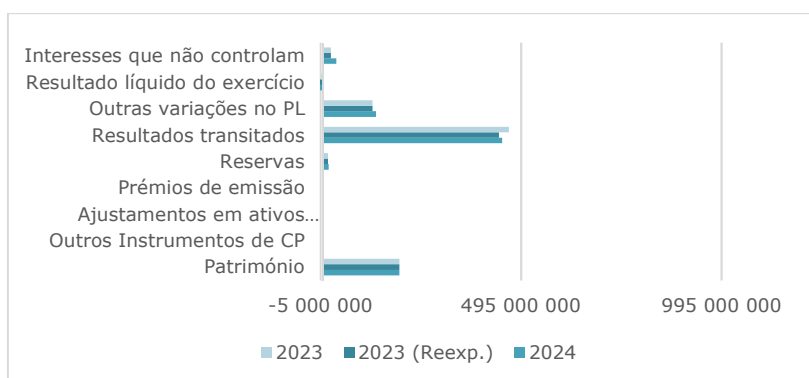


Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Capitais Próprios



Indicadores de Análise

O equilíbrio entre as aplicações e obrigações é analisado através dos indicadores de liquidez, por outras palavras, é a avaliação da capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2024, os indicadores liquidez geral apresenta um ligeiro aumento enquanto que a liquidez reduzida apresenta uma ligeira evolução desfavorável. Realçar o rácio de liquidez geral que incide sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo. Destaca-se a pequena diminuição da liquidez imediata resultante do aumento do passivo circulante no valor aproximado de 45,4 milhões de euros.

	2023	2023 (Reexp.)	2024
Ativo Circulante	67 325 374,04	67 325 374,04	78 690 784,07
Passivo Circulante	99 650 538,73	99 650 538,73	145 087 267,19
Liquidez Geral (LG)	0,68	0,68	0,54
Ativo Circulante-Existências	65 471 057,94	65 471 057,94	76 032 044,35
Passivo Circulante	99 650 538,73	99 650 538,73	145 087 267,19
Liquidez Reduzida (LR)	0,66	0,66	0,52
Meios Financeiros Líquidos	19 628 476,19	19 628 476,19	22 829 962,88
Passivo Circulante	99 650 538,73	99 650 538,73	145 087 267,19
Liquidez Imediata (LI)	0,20	0,20	0,16

Quadro 5 – Indicadores de Liquidez.

O cálculo da Autonomia Financeira compreende o quociente entre o Património Líquido e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2023 e 2024 permite-nos concluir que, apesar da diminuição do rácio em 2,65p.p., o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios onde se deverá manter-se uma política económica conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

Rácios de Solvabilidade	2023	2023 (Reexp.)	2024
Autonomia Financeira	82,34%	78,75%	76,10%
Rácio de Solvabilidade	4,66	3,70	3,18
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	21,44%	26,99%	31,41%

Quadro 6 – Rácios de Solvabilidade.



No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é possível concluir que o grupo obteve um ligeiro aumento no seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

Rátios de Endividamento	2023	2023 (Reexp.)	2024
Rácio de Endividamento	17,66%	21,25%	23,90%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	7,62%	11,27%	10,17%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	10,04%	9,98%	13,73%

Quadro 7 – Rátios de Endividamento.

Os rácios de endividamento são apresentados com um ligeiro aumento percentual de 2023 para 2024. Destaca-se o rácio de endividamento de longo prazo que apresenta uma diminuição de 1,1 p.p.



Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 252 535 619,98 €, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado.

	2024	20223(Reexp.)	2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12 488 782,40	39 406 392,52	2 564 540,00
Financiamentos obtidos	79 022 626,58	51 645 979,84	51 645 979,84
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	6 297 883,05	6 645 745,77	6 645 745,77
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	9 639 060,76	14 802 359,16	14 802 359,16
	107 448 352,79	112 500 477,29	75 658 624,77
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 462 194,47	1 202 680,39	1 202 680,39
Fornecedores	12 223 064,03	16 704 825,74	16 704 825,74
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	23 713,76	16 900,78	16 900,78
Estado e outros entes públicos	3 665 192,23	1 375 299,33	1 375 299,33
Acionistas/sócios/associados	12 361 366,52	5 865 676,33	5 865 676,33
Financiamentos obtidos	48 854 084,06	20 168 053,16	20 168 053,16
Fornecedores de investimentos	7 761 248,15	6 243 826,65	6 243 826,65
Outras contas a pagar	42 257 857,07	38 866 198,23	38 866 198,23
Diferimentos	16 478 546,90	9 207 078,12	9 207 078,12
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00
	145 087 267,19	99 650 538,73	99 650 538,73
Total do Passivo	252 535 619,98	212 151 016,02	175 309 163,50

Quadro 8 – Nível de Envidamento do Grupo Municipal.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanço Consolidado

	Notas	2024	2023 (Reexp.)	2023
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	939 609 993,36 €	896 174 722,19 €	890 948 433,94 €
Propriedades de investimento	8	- €	3 154 974,71 €	3 154 974,71 €
Ativos intangíveis	3	2 686 510,00 €	1 041 024,18 €	1 041 024,18 €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	44 610,00 €	44 610,00 €
Ativos biológicos		- €	- €	- €
Participações financeiras		9 953 084,98 €	10 252 962,12 €	10 252 962,12 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		- €	- €	- €
Acionistas/sócios/associados		- €	- €	- €
Diferimentos		- €	- €	- €
Outros ativos financeiros		124 775,33 €	130 670,12 €	130 670,12 €
Ativos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes		- €	- €	- €
Outras contas a receber	23	25 490 843,50 €	20 038 734,31 €	20 038 734,31 €
		977 865 207,17 €	930 837 697,63 €	925 611 409,38 €
Ativo corrente				
Inventários	10	2 658 739,72 €	1 854 316,10 €	1 854 316,10 €
Ativos biológicos		- €	- €	- €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		3 501 886,54 €	1 224 065,71 €	1 224 065,71 €
Clientes, contribuintes e utentes	23	7 826 344,86 €	3 081 341,15 €	3 081 341,15 €
Estado e outros entes públicos	23	2 502 185,67 €	3 180 888,40 €	3 180 888,40 €
Acionistas/sócios/associados		- €	1 500 000,00 €	1 500 000,00 €
Outras contas a receber	23	36 709 325,14 €	34 400 083,65 €	34 400 083,65 €
Diferimentos		2 662 339,26 €	2 456 202,84 €	2 456 202,84 €
Ativos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros ativos financeiros		- €	- €	- €
Ativos não correntes detidos para venda		- €	- €	- €
Caixa e depósitos	1.5	22 829 962,88 €	19 628 476,19 €	19 628 476,19 €
		78 690 784,07 €	67 325 374,04 €	67 325 374,04 €
Total do Ativo		1 056 555 991,24 €	998 163 071,67 €	992 936 783,42 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital		192 159 694,49 €	192 159 694,49 €	192 159 694,49 €
Ações (quotas) próprias		- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio		181 300,23 €	71 300,23 €	71 300,23 €



Prémios de emissão		389 703,72 €	389 703,72 €	389 703,72 €
Reservas		15 083 096,76 €	14 261 041,90 €	14 261 041,90 €
Resultados transitados		448 490 395,35 €	440 257 192,60 €	465 148 692,87 €
Ajustamentos em ativos financeiros		2 227 175,39 €	2 416 570,20 €	2 416 570,20 €
Excedentes de revalorização		- €	- €	- €
Outras variações no património líquido		133 645 740,69 €	124 884 012,02 €	124 884 012,02 €
Resultado líquido do período		- 23 012 617,68 €	- 9 407 514,03 €	- 2 683 450,03 €
Dividendos antecipados		- €	- €	- €
Interesses que não controlam		34 855 882,32 €	20 980 054,52 €	20 980 054,52 €
Total do Património Líquido		804 020 371,27 €	786 012 055,65 €	817 627 619,92 €
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	15	12 488 782,40 €	39 406 392,52 €	2 564 540,00 €
Financiamentos obtidos	7	79 022 626,58 €	51 645 979,84 €	51 645 979,84 €
Fornecedores de investimento		- €	- €	- €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		- €	- €	- €
Diferimentos		6 297 883,05 €	6 645 745,77 €	6 645 745,77 €
Passivos por impostos diferidos		- €	- €	- €
Fornecedores		- €	- €	- €
Outras contas a pagar	23	9 639 060,76 €	14 802 359,16 €	14 802 359,16 €
		107 448 352,79 €	112 500 477,29 €	75 658 624,77 €
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 462 194,47 €	1 202 680,39 €	1 202 680,39 €
Fornecedores	23	12 223 064,02 €	16 704 825,74 €	16 704 825,74 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	23	23 713,76 €	16 900,78 €	16 900,78 €
Estado e outros entes públicos	23	3 665 192,23 €	1 375 299,33 €	1 375 299,33 €
Acionistas/sócios/associados		12 361 366,52 €	5 865 676,33 €	5 865 676,33 €
Financiamentos obtidos	7	48 854 084,06 €	20 168 053,16 €	20 168 053,16 €
Fornecedores de investimentos	23	7 761 248,15 €	6 243 826,65 €	6 243 826,65 €
Outras contas a pagar	23	42 257 857,07 €	38 866 198,23 €	38 866 198,23 €
Diferimentos		16 478 546,90 €	9 207 078,12 €	9 207 078,12 €
Passivos financeiros detidos para negociação		- €	- €	- €
Outros passivos financeiros		- €	- €	- €
		145 087 267,19 €	99 650 538,73 €	99 650 538,73 €
Total do Passivo		252 535 619,98 €	212 151 016,02 €	175 309 163,50 €
Total do Património Líquido e Passivo		1 056 555 991,24 €	998 163 071,67 €	992 936 783,42 €

Quadro 9 – Balanço Consolidado.



Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023 (Reexp.)	2023
Impostos, contribuições e taxas	23	75 772 743,13 €	73 177 110,66 €	73 177 110,66 €
Prestações de serviços e concessões	23	28 111 359,96 €	33 808 357,64 €	33 808 357,64 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades contr., assoc. e empreend. conj.	23	-15 165 350,59 €	4 679,47 €	4 679,47 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	71 746 747,73 €	61 196 907,18 €	61 196 907,18 €
Variações nos inventários da produção		- €	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade	23	1 372 511,90 €	1 125 848,75 €	1 125 848,75 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	- 5 084 494,49 €	- 4 750 328,28 €	- 4 750 328,28 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-54 344 197,85 €	-54 932 247,92 €	-54 932 247,92 €
Gastos com pessoal	23	-80 859 369,80 €	-72 507 709,78 €	-72 507 709,78 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-15 976 271,23 €	-17 639 095,24 €	-17 639 095,24 €
Prestações sociais		- €	- €	- €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	- 232 884,85 €	726 497,76 €	726 497,76 €
Provisões (aumentos/reduções)	23	- 2 675 627,27 €	- 6 927 223,19 €	- 203 159,19 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €	- €
Outros rendimentos	23	22 643 295,28 €	16 442 809,04 €	16 442 809,04 €
Outros gastos	23	- 9 830 355,15 €	-12 287 958,20 €	-12 287 958,20 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		24 575 868,11 €	26 204 081,48 €	32 928 145,48 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23	- 37 609 774,38 €	- 33 295 051,87 €	- 33 295 051,87 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 13 033 906,27 €	- 7 090 970,39 €	-33 295 051,87 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	625 226,21 €	293 397,70 €	293 397,70 €
Juros e gastos similares suportados	23	- 7 753 866,01 €	- 2 568 856,13 €	- 2 568 856,13 €
Resultados antes de impostos		-20 162 546,07 €	- 9 366 428,82 €	- 2 642 364,82 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período		- 20 162 546,07 €	- 9 366 428,82 €	- 2 642 364,82 €
Interesses que não controlam		2 850 071,62 €	41 085,21 €	41 085,21 €
Resultado Líquido do Período atribuível a detentores do capital da empresa-mãe		- 23 012 617,69 €	- 9 407 514,03 €	- 2 683 450,03 €

Quadro 10 – Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza.



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		67 739 685,72	55 974 936,44
Recebimentos de contribuintes		62 994 263,92	61 251 377,88
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		43 638 829,17	49 357 956,25
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-64 318 522,10	-56 811 465,02
Pagamentos ao pessoal		-74 228 938,40	-64 998 881,98
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-22 309 514,60	-24 293 740,58
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		13 515 803,71	20 480 182,99
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-2 064 230,48	-3 602 019,05
Outros recebimentos		16 570 393,14	15 141 311,15
Outros pagamentos		-24 074 375,57	-6 546 691,86
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 947 590,80	25 472 783,23
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		-31 778 585,82	-51 159 411,78
Ativos intangíveis		-89 682,82	-55 296,87
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-15 000 919,03	-884,26
Outros ativos		-2 871 956,96	-2 603 359,36
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		692 985,54	3 386 262,50
Ativos intangíveis		0,00	1 248,11
Propriedades de investimento		4 283 339,61	0,00
Investimentos financeiros		0,00	4 292,20
Outros ativos		300,00	2 034,80
Subsídios ao investimento		16 297 363,74	27 681 381,99
Transferências de capital		3 716 511,63	2 190 361,91
Juros e rendimentos similares		337 406,73	152,89
Dividendos		0,00	24 045,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-24 413 237,38	-20 529 172,52
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		73 788 201,31	37 630 365,99
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		55 111,80	27 500,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		-39 646 769,72	-30 144 137,60
Juros e gastos similares		-11 161 587,69	-2 288 602,01
Dividendos		-1 264 707,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00



Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	21 770 248,70	5 225 126,38
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	1 304 602,12	10 168 737,09
Efeito das diferenças de câmbio	1 460,34	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	21 525 360,76	9 459 738,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22 829 962,88	19 628 475,48
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	21 525 360,05	9 459 738,39
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	21 525 360,05	9 459 738,39
De execução orçamental	16 842 034,18	5 448 389,40
De operações de tesouraria	4 683 325,87	4 011 348,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período	22 829 962,88	19 628 475,48
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte	22 829 962,88	19 628 475,48
De execução orçamental	18 388 115,02	14 945 149,61
De operações de tesouraria	4 441 847,86	4 683 325,87

Quadro 11 – Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa.



Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum.de Capital Próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedente s de revaloriza ção	Outras variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	250 734 694,49	0,00	181 300,23	393 862,79	19 563 472,09	456 906 390,66	24 424 718,46	0,00	132 833 681,80	-4 232 564,71	880 805 555,81	0,00	880 805 555,81
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 269 912,35	0,00	7 269 912,35	0,00	7 269 912,35
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	667 476,77	377 374,81	-1 546 324,99	0,00	748 880,54	4 232 564,71	4 479 971,84	0,00	-923 704,72
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	667 476,77	377 374,81	-1 546 324,99	0,00	18 792,89	4 232 564,71	11 749 884,19	0,00	11 749 884,19
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 012 617,68	-23 012 617,68	0,00	-23 012 617,68
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 982 729,26	-12 982 729,26	0,00	-12 982 729,26
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período		-58 575 000,00	0,00	0,00	-4 159,07	-5 147 852,10	-8 793 370,12	-20 651 218,08	0,00	206 734,00	0,00	-100 378 333,37	34 855 882,32	-65 522 451,05
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	192 159 694,49	0,00	181 300,23	389 703,72	15 083 096,76	448 490 395,35	2 227 175,39	0,00	645 740,69	-23 012 617,68	769 164 488,94	34 855 882,32	804 020 371,27

Quadro 12 – Demonstração Consolidada de Alterações no Património Líquido



Código Verificação: 9040TYY6H5R55DS4ATMDZCPE
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma eSistema Público

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.



FAZ CULTURA – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

A Faz Cultura tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

SGEB - Sociedade Gestora Equipamentos Braga – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;

Tem como atividade a gestão, manutenção e valorização dos equipamentos municipais desportivos e de lazer, através da otimização dos recursos e da dinamização de infraestruturas estratégicas. A sua sede localiza-se na Rua Manuel Almeida Passos, nº 48, freguesia de Ferreiros, concelho de Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

Quadro 13 – Outras entidades Participadas.

1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável



1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Designação	Investimento financeiro
ABC de Braga-Andebol SAD	0€
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	8.354.865,39€

Quadro 14 – Entidades contabilizadas pelo MEP.

- **ABC de Braga – Andebol, SAD**

O Tribunal de Comercio de Famalicão decretou a insolvência do ABC de Braga – Andebol SAD.

O plano de insolvência encontra-se a ser executado pelo que, após a conclusão, resultará a dissolução da sociedade.

- **BRAVAL, SA**

A BRAVAL corporiza um Sistema Multimunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo celebrado em 9 de outubro de 1996 um Contrato de Concessão com o Estado Português, entretanto objeto de atenção, orientação e intervenção pelo despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, na sequência do qual foi constituído um grupo de trabalho que integrou elementos do Gabinete de Sua Excelência o Secretário do Ambiente, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos, da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para transformação da estrutura acionista e natureza do sistema.

Nesta sequência, o Grupo de Trabalho elaborou um Relatório, nos termos do qual coube à BRAVAL promover as medidas tendentes à regularização dessa estrutura acionista e a execução das ações conducentes ao término da concessão, bem como a promoção das ações para constituição de um sistema intermunicipal.

O Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, prorrogou o prazo de concessão da entidade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., relativa ao sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos nos municípios do Baixo Cávado até ao final de 2023. Ainda que estejam em curso as diligências necessárias para a criação do novo sistema intermunicipal, não foi ainda possível concluir formalmente esse processo, motivo pelo qual a Administração da referida entidade solicitou junto do Ministério do



Ambiente e da Energia uma prorrogação adicional do prazo da concessão, desta vez até 31 de dezembro de 2025, dada a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público prestado, mas que até ao momento ainda não obteve resposta.

1.4) Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, a saber: Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM, IB – Agência para a Dinamização Económica, EM, TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM, Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, EM e SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga SA.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, gastos e rendimentos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses que não controlam nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do património líquido do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, gastos e rendimentos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.



1.5) Caixa e Depósitos Bancários

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A composição da rubrica 'Caixa e equivalentes' em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

Conta	2024	2023
Caixa	83 150,71 €	51 305,92€
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	4 829 355,78 €	16 223 395,01 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	14 704 415,15 €	27 695,15 €
Depósitos consignados	3 213 041,24 €	3 326 080,11 €
Total	22 829 962,88 €	19 628 476,19 €

Quadro 15 – Caixa e Depósitos Bancários.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A elaboração das demonstrações financeiras baseou-se nos registos contabilísticos, em conformidade com o RAFLEI e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. Foram igualmente aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) pertinentes à entidade e ao grupo, sempre que a informação esteve disponível em tempo útil.

Nos movimentos de 2024:

- i) **ativos fixos tangíveis** - todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- ii) **ativos intangíveis** - todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.
- iii) **participações financeiras** - também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo ou pelo método da equivalência patrimonial.
- iv) **depreciações e amortizações** - corresponde à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência.



v) contas a receber - as contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

vi) inventários - a mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.



Após a data relato de 2023, foram verificados acontecimentos que refletem ajustamentos materialmente relevantes, ou que podem influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Neste sentido, o Município de Braga procedeu a reexpressão do balanço de 2023 nas suas contas individuais, conforme quadro abaixo.

	Provisões	AFT	Res. Transitados	Resultado Líquido
Anterior à Reexpressão	2 564 540,00 €	743 654 610,04 €	486 927 894,77 €	849 779,36 €
		1 789 221,35 €	1 789 221,35 €	
		2 526 226,16 €	2 526 226,16 €	
		76 828,89 €	76 828,89 €	
		- 2 182 227,61 €	- 2 182 227,61 €	
		- 719 540,05 €	- 719 540,05 €	
		3 732 547,30 €	3 732 547,30 €	
		3 232,21 €	3 232,21 €	
	30 117 788,52 €		- 30 117 788,52 €	
	6 724 064,00 €			-6 724 064,00 €
Após a Reexpressão	39 406 392,52 €	748 880 898,29 €	46 006 394,50 €	- 5 874 284,64 €

Quadro 16 – Erros materiais de períodos anteriores.

Procedeu-se ao registo de regularizações materiais que afetam os ativos fixos tangíveis reportado e, designadamente, no que respeita à rubrica de resultados transitados no valor de 5.226.288,25€. Estes ajustamentos refletem:

- i) regularização dos bens imóveis do domínio privado municipal cedidos em direito de superfície no âmbito da parceria com a SGEb, SA, no valor de R\$ 3.732.547,30C. Esta regularização reflete essencialmente a reclassificação contabilística dos bens imóveis de edifícios e outras construções para terrenos municipais e, bem assim, o desreconhecimento das depreciações acumuladas registadas;





- ii) regularização de 25% das depreciações acumuladas do património imobiliário municipal cuja parcela de terreno subjacente não havia sido reconhecida. Esta operação integra um procedimento interno de análise e controlo interno dos bens do domínio privado municipal, iniciado em 2023 e que terá continuidade nos próximos exercícios económicos. Para o efeito, o município procedeu em conformidade com o descrito no CC2 – “em relação aos imóveis adquiridos sem indicação expressa do valor do terreno, o valor a atribuir a este é fixado em 25% do valor global”. Em 2024, estas regularizações representam 2.526.226,16€;
- iii) abate por desanexação de bens imóveis do domínio privado municipal por não cumprirem as condições de reconhecimento como ativos municipais, no valor de 2.182.227,61€;
- iv) reconhecimento patrimonial de ativos imóveis correspondentes às infraestruturas da rede viária e pedonal, cuja aprovação da toponímia pelos órgãos municipais competentes ocorreu no exercício económico de 2023. Tendo como suporte a informação disponível no Sistema de Informação Geográfica, a avaliação imobiliária do perito avaliador certificado e a informação técnica do Urbanismo, procedeu-se ao reconhecimento de infraestruturas de rede viária do município com reflexo em resultados transitados no valor de 1.789.221,35€;
- v) outras regularizações e correções de erros materiais no valor líquido de 639.478,95€;
- vi) reconhecimento do valor registado como gasto no exercício anterior como parte integral de ativo relativo ao projeto de especialidades conforme as normas definidas na NCP4;
- vii) reconhecimento da provisão relativa ao processo 79. PROC.AH 02/2023 com a Geswater – Águas e Resíduos, SA ainda em curso pela falta de remuneração dos serviços prestados durante o intervalo de anos 2013 a 2022 por parte da AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga;
- viii) reconhecimento da provisão relativa ao processo com a Geswater – Águas e Resíduos, SA ainda em curso pela falta de remuneração dos serviços prestados de limpeza e higiene públicas durante o ano 2023 por parte da AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga.

Código de Verificação: 9040TYY6H5R55DS4ATM1M1CPE
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma eScribo





Nota 3 – Ativos intangíveis

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a discriminação do valor contabilístico dos ativos intangíveis consolidados, assim como das respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	492 052,04 €	352 287,61 €	- €	139 764,43 €	139 764,43 €	139 764,43 €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	6 366 568,29 €	5 711 394,81 €	- €	655 173,48 €	6 730 070,47 €	5 747 394,50 €	- €	982 675,97 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	66 420,00 €	6 642,00 €	- €	59 778,00 €
Outros ativos intangíveis	1 434 286,53 €	98 594,48 €	- €	1 335 692,05 €	1 463 060,80 €	5 145,80 €	- €	1 457 915,00 €
Ativos intangíveis em curso	94 451,91 €	- €	- €	94 451,91 €	186 141,03 €	- €	- €	186 141,03 €
Total	8 387 358,77 €	6 162 276,90 €	- €	2 225 081,87 €	8 585 56,73 €	5 898 946,73 €	- €	2 686 510,00 €

Quadro 17 – Ativos intangíveis.

Código de Verificação: 9040TYY6H5R55DS4ATMDZCPE
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPúblico Gestiona





Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, SA	----	20 Anos	----	----	----	----
Conceção Construção e Concessão de Exploração do Tanatório de Braga	Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. E Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A em Consórcio de Braga	Após entrada em funcionamento	30 Anos	3% do valor da faturação			

Quadro 18 – Acordos de Concessão de Serviços Concedente.

O município não aplicou a NCP 4, a qual requeria que se efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no ativo fixo tangível municipal. Tal não foi possível por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, e com o necessário rigor e detalhe, para o município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

Código de Verificação: 9040TYY6H5R55DS4ATMDZCPE
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPúblico em 2024-12-10 às 14h 47 / 66





Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a discriminação do valor contabilístico dos ativos tangíveis consolidados, bem como das respetivas depreciações acumuladas, é a seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	181 825 650,25 €	- €	- €	181 825 650,25 €	185 438 851,86 €	- €	- €	185 438 851,86 €
Edifícios e outras construções	9 846 857,13 €	5 817 359,85 €	- €	4 029 497,28 €	12 805 355,86 €	7 524 178,71 €	- €	5 281 177,15 €
Infraestruturas	336 188 439,19 €	79 607 041,38 €	- €	256 581 397,81 €	342 788 255,58 €	90 705 238,65 €	- €	252 083 016,93 €
Património histórico, artístico e cultural	348 038,14 €	74 824,68 €	- €	273 213,46 €	348 038,14 €	74 824,68 €	- €	273 213,46 €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	528 208 984,71 €	85 499 225,91 €	- €	442 709 758,80 €	541 380 501,44 €	98 304 242,04 €	- €	443 076 259,40 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	67 950 207,98 €	- €	- €	67 950 207,98 €	79 990 411,52 €	- €	- €	79 990 411,52 €
Edifícios e outras construções	394 667 584,91 €	118 674 973,68 €	- €	275 992 611,23 €	390 134 030,79 €	118 897 884,60 €	- €	271 236 155,19 €
Equipamento básico	224 827 179,14 €	120 004 905,12 €	527 820,98 €	104 558 363,53 €	219 333 400,55 €	116 649 712,48 €	- €	102 683 428,07 €
Equipamento de transporte	15 197 345,19 €	10 201 481,62 €	- €	4 995 863,57 €	17 889 611,84 €	11 387 462,33 €	- €	6 501 701,51 €
Equipamento administrativo	15 084 714,51 €	12 740 720,99 €	- €	2 343 993,52 €	16 004 300,82 €	13 068 466,24 €	- €	2 935 978,58 €
Equipamentos biológicos	6 065,74 €	5 887,79 €	- €	177,95 €	11 552,46 €	5 947,12 €	- €	5 365,34 €
Outros	4 276 008,10 €	3 171 129,53 €	- €	1 104 878,57 €	4 839 900,41 €	3 370 619,76 €	- €	1 468 774,65 €
Ativos fixos tangíveis em curso	28 456 501,96 €	- €	- €	28 456 501,96 €	33 400 000,46 €	1 688 261,36 €	- €	31 711 919,10 €
	750 465 607,53 €	264 799 098,73 €	527 820,98 €	485 402 598,31 €	761 602 087,85 €	265 068 353,89 €	- €	496 533 733,96 €
Total	1 278 674 592,24 €	350 298 324,64 €	527 820,98 €	928 112 357,11 €	1 302 982 589,29 €	363 372 595,93 €	- €	939 609 993,36 €

Quadro 19 – Ativos fixos tangíveis.



Código de Verificação: 040117YV8H5B55D54TMDZDPE
Verificação: <https://braga.gov.pt/pt/verificacao>
Documento assinado eletronicamente em 2025-01-27 às 14:06:48, página 48 / 66

Nota 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras quando implicam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado.

O passivo associado aos bens adquiridos em regime de locação financeira, à data de referência, é apresentado no quadro seguinte:

	2024	2023
Equipamento básico	805 241,27 €	2 166 491,15 €
Equipamento do transporte	2 248 420,92 €	1 667 942,89 €
Outros imobilizações corpóreas	- €	- €
Total	3 053 662,19 €	3 834 434,04 €

Quadro 20 – Locações.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos, em base consolidada, discriminado entre componentes de curto (corrente) e longo prazo (não corrente), é o seguinte:

	2024	2023
Passivo corrente	48 854 084,06 €	20 168 053,16 €
Passivo não corrente	79 022 626,58 €	51 645 979,84 €
Total	127 876 710,64 €	71 814 033,00 €

Quadro 21 – Custo de empréstimos obtidos.

Nota 9 – Imparidade de ativos

Neste mapa procedemos ao registo das perdas por imparidades e respetivas reversões realizadas ao longo do ano de 2024 da empresa-mãe nas suas contas individuais.

	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	2 437 039,40 €	420 268,78 €	61 182,65 €	2 077 953,27 €
Total	2 437 039,40 €	420 268,78 €	61 182,65 €	2 077 953,27 €

Quadro 22 – Imparidade de ativos.

A constituição de imparidades de dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes teve como critério para o seu reconhecimento todas aquelas dívidas de cobrança duvidosa que, à data do balanço, apresentem processo instaurado na Autoridade Tributária.



No final do ano 2024, o saldo de perdas por imparidade reconhecidas de dividas a receber de clientes totaliza um valor de 359.086,13€ que, em detalhe, foram constituídas como reforço um valor de 104.600,20€ e foram revertidas dividas de clientes no valor de 61.182,65€.

	Saldo 1 janeiro de 2024	Reforço de Imparidade	Reversão de Imparidades	Saldo 31 dezembro de 2024
Perdas por imparidade acumuladas	315 668,58 €	104 600,20 €	61 182,65 €	359 086,13 €
Total	315 668,58 €	104 600,20 €	61 182,65 €	359 086,13 €

Quadro 23 – Perdas por imparidade acumuladas.

Nota 10 – Inventários

10.1 Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de Inventários Consolidados é o seguinte:

	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	13 028,55 €	- €	13 028,55 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 663 095,58 €	- €	1 663 095,58 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	982 615,59 €	- €	982 615,59 €
Total	2 658 739,72 €	- €	2 658 739,72 €

Quadro 24 – Custo de empréstimos obtidos.





10.2 Inventários – Movimentos do Período

No período findo a 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica de Inventários Consolidados – Movimentos do Período é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada Inicial (1)	Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Movimentos do período					Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) - (3) -/+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
				Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidad e (5)	Reversões de perdas por imparidad e (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	13 014,80 €	4 757,28 €	4 743,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	13 028,55 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 603 405,05 €	5 993 525,38 €	5 896 055,24 €	- €	- €	- €	37 779,61 €	- €	1 663 095,58 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	212 734,99 €	769 880,60 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	982 615,59 €
Total	1 829 154,84 €	6 768 163,26 €	5 900 798,77 €	- €	- €	- €	37 779,61 €	- €	2 658 739,72 €

Quadro 25 – Inventários.

Código de Verificação: 9040TYY6H5R55DS4ATMDZCPE
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona |Página 51 / 66





Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2024 encontram-se registados os seguintes valores de provisões consolidadas constituídas:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Reforços	Aumentos		Total de aumentos	Utilizações	Diminuições		Total de diminuições	Quantia escriturada final
			Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos			Reversões	Diminuições		
	-1	-2	-3	-4	(5) = (2) + (3) + (4)	-6	-7	-8	(9) = (6) + (7) + (8)	(10) = (1) + (5) - (9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	2 564 540,00 €	44 359 612,01 €			44 359 612,01 €		477 223,71 €		477 223,71 €	46 446 928,30 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e organização		5 619 715,44 €			5 619 715,44 €					5 619 715,44 €
Outras provisões		2 883 707,18 €								2 883 707,18 €
Total	2 564 540,00 €	52 863 034,63 €	- €	- €	49 979 327,45 €	- €	477 223,71 €	- €	477 223,71 €	12 488 782,40 €

Quadro 26 – Provisões.

No ano de 2024, a SGEB constituiu provisões no montante de 2,8 milhões de euros relativa a faturas de juros de mora, emitidas pela entidade Alexandre Barbosa Borges SGPS SA e Irmãos Borges Imobiliária SA, rececionadas em dezembro de 2024 e cujos cálculos não encontram em fase de análise e validação, podendo o referido valor ser ajustado.

O município nas suas contas individuais em termos provisões para riscos e encargos apresenta um reforço de 44,4 milhões euros de euros relativo, que importa destacar, reforço da provisão relativa ao processo judicial em curso nº 79. PROC.AH 02/2023 entre o município e a entidade Geswater - Águas e resíduos, SA



Código Verificação: 900TYY6H5R6DS4A7DZCPE
Verificação: <https://app.balcaoaleg.co.pt>
Documento eletronicamente assinado na plataforma esPublico Gestiona |Página 52 / 66



sobre a falta de remuneração dos serviços prestados de limpeza e higiene públicas pela AGERE - Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga entre os anos 2013 a 2023.

Por outro lado, o município realizou acordos de pagamento que originaram a diminuição da provisão e consequente aumento do passivo no valor de 477 milhares de euros. Os montantes de reversão das provisões para riscos e encargos são justificados pelos seguintes processos: proc. 1898/14.0BEBRG com a entidade Adm. Condomínio Prédio Rua Padre Freitas nº16; proc. 438/14.6BEBRG com a entidade José Ribeiro de Oliveira e Mulher; proc. 244/15.0BEBRG com a entidade Adm. Condomínio Rua Padre Freitas nº10 Real; proc. 1258/20.4BEBRG com a entidade Manuel Fernandes Ribeiro; proc. 1323/21 com a entidade Alta Braga e proc. 311/21 com a entidade SNBS - Sindicato Nacional Bombeiros Sapadores.

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Braga. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelos serviços jurídicos municipais, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e serão periodicamente reavaliados.

De acordo com o disposto no sistema contabilístico vigente, para efeitos de reconhecimento de um passivo contingente deverá atentar-se à existência de:

- i) uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas se pode confirmar pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade;
- ii) ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Desta forma, o município de Braga procede à divulgação dos seus passivos contingentes, a 31/12/2023.



Natureza	Descrição	Estimativa do Efeito Financeiro	Momento possível do Exfluxo ou Influxo
Ação Administrativa	1327/12.4BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2043/11.0BEBRG	678 488,00 €	
Ação Administrativa Comum	1891/12.8BEBRG	247 039,90 €	29/11/2024
Responsabilidade Civil Extracontratual	1/14.1BEBRG	32 217,43 €	
Ação Administrativa	1467/18.6BEBRG	282 976,25 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	187/15.8BEBRG	90 026,69 €	
Impugnação	2671/17.0BEBRG	30 000,01 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	1818/17.0BEBRG	41 838,98 €	
Impugnação Atos Administrativos	2774/17.0BEBRG	30 000,01 €	17/04/2024
Ação Administrativa	2074/18.9BEBRG	5 000,01 €	13/11/2024
Ação Administrativa	2287/18.3BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1814/16.5BEBRG	30 000,01 €	13/05/2024
Impugnação de Ato Administrativo	876/17.2BEBRG	71 952,66 €	
Ação de Indemnização	47/18.0BEBRG	7 950,00 €	11/10/2024
Processo de Impugnação	1953/18.8BEBRG	140 794,66 €	
Ação Administrativa	170/19.4BEBRG	210 663,76 €	
Ação Administrativa	223/19.9BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	697/19.8BEBRG	450 000,00 €	09/07/2024
Ação Administrativa Laboral	2003/19.2BEBRG	15 000,00 €	29/02/2024
Ação de Indemnização	6076/19.0T8BRG	56 161,76 €	
Participação	47/20	- €	
Ação de Impugnação	1938/20.4BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1404/20.8BEBRG	386 756,13 €	20/11/2024
Ação Administrativa - Laboral	2043/20.9BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	511/21.4BEBRG	3 294,00 €	
Ação Administrativa	830/21.0BEBRG	5 000,01 €	
Ação de Impugnação	1279/21.0BEBRG	339 246,32 €	
Ação Responsabilidade Civ. Extracont	1492/21.0BEBRG	6 552,48 €	
Ação Responsabilidade Civ. Extracont	1547/21.0BEBRG	21 950,00 €	
Ação Administrativa	892/22.2BEBRG	387 715,97 €	
Impugnação Judicial	1679/20.2BEBRG	139 546,69 €	
Ação Administrativa	1024/22.2BEBRG	9 327,73 €	
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	2510/19.7BEBRG	1 357,14 €	
Ação Administrativa Res. Civil Contr.	1853/20.18BEPRT	1 126,00 €	25/10/2024
Ação Administrativa Laboral	663/20.0BEBRG	30 000,01 €	29/04/2024
Ação Administrativa Res. Civil Extrac.	696/20.7BEBRG	3 212,16 €	
Ação Laboral Impugnação Concurso	1578/20.8BEBRG	86 511,99 €	
Ação Administrativa Laboral	1061/22.7BEBRG	1 814,35 €	
Ação Administrativa	2426/22.0BEBRG	211 683,86 €	25/06/2024
Ação Administrativa Laboral	1013/22.7BEBRG	30 000,01 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	968/22.6BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1346/22.2BEBRG	30 000,01 €	



Responsabilidade Civil Extracontratual	1455/22.8BEBRG	29 648,11 €	
Ação Administrativa Trabalhos a mais	2060/22.4BEPRT	373 761,40 €	
Ação Administrativa	1893/22.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação Comum	2007/23.0T8BRG	12 128,38 €	11/07/2024
Ação Comum	277/23.3BEBRG	8 800,00 €	31/10/2024
Ação Administrativa	363/23.0BEBRG	30 000,01 €	
Produção Antecipada de Prova	1520/23.4BEPRT	35 610,33 €	19/04/2024
Ação Administrativa Laboral	56/23.8 BEALM	600,00 €	
Ação Administrativa	1487/23.9BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1513/23.1BEBRG	30 000,01 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	5417/23.0T8BRG	14 641,80 €	
Cobrança	1930/24.OT.8BRG	319,18 €	30/04/2024
Cobrança	1089/24.2BEBRG	212 816,04 €	04/06/2024
Ação laboral	1095/24.7BEBRG	30 000,01 €	03/09/2024
Ação laboral	1210/24.0BEBRG	1 330,39 €	24/09/2024
Intimação prestar informação	1291/24.7BEBRG	30 000,01 €	29/07/2024
Ação laboral	1369/24.7BEBRG	30 000,01 €	30/09/2024
Providencia cautelar	1374/24.3BEBRG	30 000,01 €	03/12/2024
Ação laboral	1387/24.5BEBRG	1 339,42 €	30/09/2024
Providencia cautelar	1507/24.0BEBRG	30 000,01 €	21/11/2024
Ação administrativa	1507/24.0BEBRG-A	30 000,01 €	12/12/2024
Providencia cautelar	1498/24.7BEBRG	30 000,01 €	13/12/2024
Ação administrativa	1913/24.0BEBRG	38 608,84 €	16/10/2024
Ação administrativa	5578/24.0TBRG	135,00 €	
Responsabilidade Civil Extracontratual	1724/24.2BEBRG	5 213,77 €	28/10/2024
Cobrança	45/24.5BEBRG	459,13 €	31/10/2025
Ação Administrativa	1558/20.3BEBRG	1 942,50 €	
Ação Administrativa	15/16.7BEBRG	7 024,30 €	
Ação Administrativa	198/17.9BEBRG	791 833,33 €	
Ação Administrativa	17/16.3BEBRG	15 000,01 €	
Ação Administrativa	923/17.8BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1622/17.6BEBRG	581 489,56 €	
Ação Administrativa	301/17.9BEBRG	2 867 682,80 €	
Ação Administrativa	646/17.8BEBRG	13 500,00 €	
Ação Administrativa	841/17.0BEBRG	31 273,55 €	
Ação Administrativa	868/17.1BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	976/17.9BEBRG	5 000,01 €	
Ação Administrativa	1326/17.0BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	177/21.1BEBRG	30 001,00 €	
Ação Administrativa	15/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1128/17.3BEBRG	5 598,40 €	
Impugnação	569/20.3BEBRG	3 228,88 €	
Ação Administrativa	2223/18.7BEBRG	30 000,01 €	
Contra Ordenação	992/2016	275€ A 27 500€	
Contra Ordenação	991/2016	275€ A 44 000€	
Contra Ordenação	995/2016	370€ A 44 000€	



Contra Ordenação	996/2016	370€ A 44 000€	
Expropriação	3133/18.3T8BRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1009/18.3BEBRG	82 350 000,00 €	
Ação Administrativa	2220/18.2BEBRG	42 452,37 €	
Ação Administrativa	2222/18.9BEBRG	2 028 218,94 €	
Ação Administrativa	2232/18.6BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2271/19.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação de Processo Comum	288/20.0T8BRG	50 000,01 €	
Ação Administrativa	2231/18.8BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	2229/18.6BEBRG	30 000,01 €	
Contra-ordenação	20/21.1EABRC	€ 1.000,00 a € 30.000,00	
Ação Administrativa	634/21.0BEBRG	30 000,01 €	
Ação Administrativa	1102/21.5BEPRT	462 558,25 €	
Contra-ordenação	1-328-2021	€ 24.000,00 a € 144.000,00	
Ação Administrativa	978/21.0BEBRG	4 087,19 €	
Ação Administrativa	1024/21.0BEBRG	5 000,01 €	
Contra-ordenação	DAAF.CO.470.2017	€ 24.000,00 a € 144.000,00	
Ação Administrativa	1906/21.9BEBRG	7 500,00 €	
Ação Administrativa	2046/21.6BEBRG	30 000,01 €	
Contra-ordenação	475/21.4EABRC	€ 12.000,00 a € 24.000,00	
Impugnação	1353/21.2BEBRG	35 662,73 €	
Ação Administrativa	1633/21.7BEBRG	1 880 100,61 €	
Execução	1468/22.0T8VNF	208 604,67 €	
Ação Administrativa	855/21.5BEBRG	30 000,01 €	
Execução Fiscal	1570/20.2BEBRG	3 228,88 €	
Impugnação	1584/22.8BEBRG	143 995,15 €	
Impugnação	448/22.0BEBRG	447 422,49 €	
Ação Administrativa	578/22.8BEBRG	- €	
Ação Administrativa	2405/22.7T8BRG	- €	
Ação Administrativa	788/22.8BEBRG	21 459,87 €	
Ação Administrativa	1133/22.8BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1200/22.8BEBRG	123 171,32 €	
Ação Administrativa	1394/22.2BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1792/22.1BEBRG	- €	
Ação Administrativa	2074/22.4BEPRT	408 264,77 €	
Ação Administrativa	1433/22.7BEBRG	- €	
Ação Administrativa	17/23.7BEBRG	589 151,69 €	
Ação Administrativa	195/23.5BEBRG	- €	
Ação Administrativa	3/23.7BEBRG	4 694,91 €	
Ação Administrativa	901/23.8BEBRG	- €	
Ação Administrativa	310/22.6T8BRG	- €	
Ação Administrativa	1526/23.3BEBRG	5 100,00 €	
Ação Administrativa	1518/23.2BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1687/23.1BEPRT	- €	
Ação Administrativa	1547/23.6BEBRG	- €	



Impugnação	1551/23.4BEBRG	15 137,02 €	
Impugnação	1357/23.0BEBRG	36 985,74 €	
Ação Administrativa	1535/23.3BEBRG-A	311 930,10 €	
Impugnação	1536/23.0BEBRG	754 166,77 €	
Ação Administrativa	AH 02/2023	30 117 788,52 €	
Ação Administrativa	71/24.4BEBRG	4 850,00 €	
Ação Administrativa	105/24.2BEBRG	- €	
Ação Administrativa	91/24.9BEBRG	- €	
Ação Administrativa	110/24.9BEBRG	141 553,76 €	
Providência Cautelar	132/24.0BEBRG	- €	
Ação Administrativa	457/24.4BEBRG	- €	
Ação Administrativa	166/24.4T8BGC	24 003,65 €	
Ação Administrativa	432/24.9BEBRG	- €	
Ação Administrativa	475/24.2BEBRG	2 456,41 €	
Ação Administrativa	603/24.8BEBRG	15 751,49 €	
Ação Administrativa	733/24.6BEBRG	770,13 €	
Ação Administrativa	2669/24.1T8BRG	128 819,18 €	
Ação Administrativa	350/24.0BEBRG	- €	
Ação Administrativa	839/24.1BEBRG	1 811,18 €	
Ação Administrativa	1222/24.4BEPRT	1 028 582,32 €	
Ação Administrativa	1079/24.5BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1213/24.5BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1189/24.9BEBRG	- €	
Ação Administrativa	1166/24.0BEBRG	1 121,55 €	
Ação Administrativa	1310/24.7BEBRG	3 751,43 €	
Ação Administrativa	1742/24.0BEBRG	- €	
Ação Administrativa	134101/24.1YIPRT	- €	
Ação Administrativa	2139/24.8BEBRG	- €	
Ação Administrativa	153183/24.7YIPRT	77 174,81 €	
Ação Administrativa	173/25.0BEBRG	12 156,35 €	

Quadro 27 – Passivos Contingentes.



Nota 23 – Outras divulgações

23.1 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresentam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2024		2023	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento	1 517 886,78 €	1 252 325,16 €	108 232,39 €	9 136,99 €
Retenção de imposto sobre o rendimento	- €	361 126,38 €	- €	373 472,19 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	357 524,64 €	340 397,13 €	2 475 343,39 €	74 699,99 €
Outros impostos	708,24 €	1 179,44 €	5,00 €	1 058,77 €
Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde	- €	1 574 262,57 €	- €	810 477,93 €
Tributos das autarquias locais	- €	126 497,28 €	- €	102 302,76 €
Outras tributações	626 066,01 €	9 404,27 €	597 307,62 €	4 150,70 €
Total	2 502 185,67 €	3 665 192,23 €	3 180 888,40 €	1 375 299,33 €

Quadro 28 – Estado e Outros Entes Públicos.

23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Outras Contas a Receber e a Pagar detalham-se da seguinte forma:

Outras contas a receber e pagar	2024	2023
Saldos a receber	76 030 585,71 €	61 925 113,22 €
Clientes c/c	7 826 344,86 €	3 081 341,15 €
Estado e outros entes públicos	2 502 185,67 €	3 180 888,40 €
Outras contas a receber	62 200 168,64 €	54 438 817,96 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 501 886,54 €	1 224 065,71 €
Saldos a pagar	77 032 330,47 €	75 052 549, 73 €
Fornecedores c/c	12 223 064,03 €	16 704 825,74 €
Adiantamento a clientes	23 713,76 €	16 900,78 €
Estado e outros entes públicos	3 665 192,23 €	1 375 299,33 €
Credores por subsídios não reembolsáveis	1 462 194,47 €	1 202 680,39 €
Fornecedores de investimento	7 761 248,15 €	6 243 826,65 €
Outras contas a pagar	51 896 917,83 €	49 509 016,84 €

Quadro 29 – Outras contas a receber e a pagar.

23.3 Rendimentos

O montante dos réditos reconhecidos durante os períodos de 2024 e de 2023, é proveniente de:



Réditos	2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	75 772 743,13 €	73 177 110,66 €
Vendas	9 097 761,34 €	8 766 433,59 €
Prestações de serviços e concessões	28 111 359,96 €	33 808 357,64 €
Trabalhos para a própria entidade	1 372 511,90 €	1 125 848,75 €
Transferências correntes obtidas	71 746 747,73 €	61 196 907,18 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	8 499 928,63 €	4 679,47 €
Imparidade de dívidas a receber	174 124,50 €	726 497,76 €
Provisões	477 223,71 €	- €
Juros e rendimentos similares obtidos	625 226,21 €	293 397,70 €
Outros rendimentos	22 643 295,28 €	16 442 809,04 €
Total	218 520 922,39 €	195 542 041,79 €

Quadro 30 – Rendimentos.

Relativamente ao aumento da rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos importa sublinhar o reconhecimento das transferências com origem no Orçamento de Estado que se destinaram a custear a descentralização administrativa para o município de Braga na área da educação, acrescida das áreas da ação social e saúde, e que ascenderam a 10,7 milhões de euros na empresa-mãe.

23.4 Gastos

O detalhe dos Gastos suportados pelo grupo municipal, em 2024 e 2023, é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços. Externos	2024	2023
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23 665 279,22 €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5 084 494,49 €	4 750 328,28 €
Fornecimentos e serviços externos	54 344 197,85 €	54 932 247,92 €
Gastos com pessoal	80 859 369,80 €	72 507 709,78 €
Transferências e subsídios concedidos	15 976 271,23 €	17 639 095,24 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	104 600,20 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	3 152 850,98 €	203 159,19 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	37 609 774,38 €	33 295 051,87 €
Juros e gastos similares suportados	7 753 866,01 €	2 568 856,13 €
Outros gastos	9 830 355,15 €	12 287 958,20 €
Total	238 381 059,31 €	198 184 406,61 €

Quadro 31 – Gastos.



23.5 Gastos com o Pessoal

Em 2024 e 2023 o detalhe da conta Gastos com o Pessoal, foi como segue:

Gastos com Pessoal	2024	2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	305 016,82 €	327 306,62 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	3 217 942,47 €	402 823,77 €
Remunerações do pessoal	59 625 373,51 €	54 250 134,88 €
Benefícios pós-emprego	63 749,05 €	49 078,78 €
Indemnizações	26 136,60 €	19 431,98 €
Encargos sobre remunerações	14 700 070,45 €	12 186 472,70 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	485 682,70 €	406 481,03 €
Gastos de ação social	66 222,99 €	42 489,94 €
Outros gastos com o pessoal	593 020,08 €	3 402 672,94 €
Outros encargos sociais	1 776 155,13 €	1 420 817,14 €
Total	80 859 369,80 €	72 507 709,78 €

Quadro 32 – Gastos com Pessoal.

Os valores que maioritariamente contribuíram para a variação positiva dos gastos com pessoal são os da empresa-mãe, representando 64% do valor total. Esses valores são explicados pelas medidas de valorização remuneratória legalmente previstos, pela revisão da carreira da Polícia Municipal com efeitos a 01/01/2023, e com as alterações de posicionamento obrigatórias com efeito a 01/01/2024, nomeadamente por força do Decreto-Lei nº74/2023 (acelerador de carreiras) e do Decreto-Lei n.º 84-F/2022 (antiguidade Assistentes Operacionais), bem como pelos aumentos dos encargos por via das novas integrações no quadro do município.



23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nos quadros abaixo segue a identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação das participações financeiras e das operações recíprocas.

ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
41	8 495 289,27 €	78 812 844,47 €
51	39 465 000,00 €	
56	31 118 227,72 €	27 080 673,63 €
57	20 351 110,90 €	1 935 806,27 €
78	8 252 355,48 €	
67		5 619 715,00 €
29	5 619 716,00 €	
53	110 000,00 €	
55	37 340,00 €	
TOTAL	113 449 039,37	113 449 039,37

ELIMINAÇÃO DE SALDOS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
211		8 505 816,71 €
221	6 912 994,40 €	
225	1 592 822,31 €	
263		425 000,00 €
265	23 220 391,44 €	
266	770 103,45 €	
272	8 529 101,07 €	
272		8 529 101,07 €
278	741 900,00 €	
278		24 600 216,69 €
431	1 109 949,35 €	450 000,00 €
432	495 863,10 €	1 290 800,00 €
438	90 973,25 €	232 451,26 €
561	361 428,66 €	1 640 358,89 €
594	1 568 900,00 €	
642	9 800,98 €	16 916,30 €
787	286 432,91 €	
TOTAL	45 690 660,92	45 690 660,92



ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
272		36 841 852,52 €
29	36 841 852,52 €	
60		27 780 181,68 €
62		12 395 047,36 €
72	33 829 481,04 €	
75	13 594 364,13 €	
67		7 248 616,13 €
TOTAL	84 265 697,69 €	84 265 697,69 €

ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
51	19 110 000,00 €	
541	4 159,07 €	
55	5 110 512,10 €	
56	17 392,08 €	
57	2 235 913,45 €	
59	5 527 834,00 €	
Interesses Minoritários (Resultados)	2 850 071,62 €	
Interesses Minoritários (Balanço)		34 855 882,32 €
TOTAL	34 855 882,32 €	34 855 882,32 €

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas com a devida imputação aos interesses que não controlam, os capitais próprios reconhecidos pela AGERE e não detidos pelo Município, valor esse reconhecido no Balanço em 34 855 882,32€ e na proporção do resultado líquido na demonstração de resultados no valor de 2 850 071,62€.





DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

I. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza					
Rubrica		Liquidações	2024	2023	
		Receita Corrente	4 002 052,02 €	4 248 919,47 €	
R11	Impostos Diretos		- €	- €	
R12	Impostos Indiretos		- €	- €	
R2	Contribuições para sistemas de prot. social e subs		- €	- €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		2 551 788,41 €	743 690,18 €	
R4	Rendimentos de Propriedade		241 700,89 €	1 100 226,33 €	
R5	Transferências e Subsídios Correntes		43 056,62 €	352 857,08 €	
R6	Vendas de bens e serviços		863 926,20 €	753 580,87 €	
R7	Outras receitas correntes		301 579,90 €	298 565,01 €	
		Receita Capital	92 045,91 €	88 656,91 €	
R8	Venda de bens investimento		3 633,47 €	244,47 €	
R9	Transferências e Subsídios de capital		88 412,44 €	88 412,44 €	
R10	Outras receitas de capital		- €	- €	
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos		9 970,83 €	9 970,83 €	
		Receita Efetiva (1)	4 104 068,76 €	4 347 547,21 €	
		Receita não efetiva (2)	- €	- €	
R12	Receita com ativos financeiros		- €	- €	
R13	Receita com passivos financeiros		- €	- €	
		Receita total (3) = (1) +(2)	4 104 068,76 €	4 347 547,21 €	
Rubrica		Obrigações	2024	2023	
		Despesa Corrente	3 360 785,23 €	2 346 745,69 €	
D1	Despesas com o pessoal		1 283 288,07 €	577 176,69 €	
D11	Remunerações certas e permanentes		542 698,26 €	531 280,31 €	
D12	Abonos variáveis ou eventuais		23 940,15 €	13 785,50 €	
D13	Segurança Social		716 649,66 €	32 110,88 €	
D2	Aquisição de bens e serviços		1 426 119,52 €	1 708 301,92 €	
D3	Juros e outros encargos		- €	- €	
D4	Transferências e subsídios correntes		651 377,64 €	57 325,05 €	
D41	Transferências correntes		651 377,64 €	57 325,05 €	
D411	Administrações públicas		49 088,27 €	37 283,65 €	
D412	Entidades do setor não lucrativo		- €	20 041,40 €	
D413	Famílias		602 289,37 €	- €	
D414	Outras		- €	- €	
D42	Subsídios correntes		- €	- €	
D5	Outras despesas correntes		- €	3 942,03 €	
		Despesa Capital	862 707,63 €	929 908,15 €	
D6	Aquisição de bens capital		862 707,63 €	920 683,15 €	
D7	Transferências e subsídios de capital		- €	9 225,00 €	
D8	Outras despesas de capital		- €	- €	
		Despesa Efetiva (4)	4 223 492,86 €	3 276 653,84 €	
		Despesa não efetiva (5)	- €	- €	
D9	Despesa com ativos financeiros		- €	- €	
D10	Despesa com passivos financeiros		- €	- €	
		Despesa total (6) = (4) +(5)	4 223 492,86 €	3 276 653,84 €	

Quadro 33 – Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza.



II. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADO

Demonstração de Desempenho Orçamental Consolidado em 31 de dezembro de 2023							
		FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					n-1
		RP	RG	EU	EMPR	Fundos Alheios	Total
RUBRICA RECEBIMENTOS							
Saldo da gerência anterior		13 371 833,00 € - €		287 329,27 €		- € 4 683 325,87 €	18 342 488,14 € 7 676 796,61 €
RI01	Operações Orçamentais [1]	13 371 833,00€ - €		287 329,27 €		- €	13 659 162,27 € 3 665 447,62 €
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- € - €		- €		- €	- € - €
RI03	Operações de tesouraria [A]					4 683 325,87 €	4 683 325,87 € 4 011 348,99 €
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	- € - €		- €		- €	- € - €
Receita corrente		155 795 374,29 - €		647 377,78 €		- €	156 442 752,07 € 145 690 453,98 €
R1	Receita Fiscal	62 994 263,92 € - €		- €		- €	62 994 263,92 € 61 251 377,88 €
R1.1	Impostos diretos	62 994 263,92 € - €		- €		- €	62 994 263,92 € 61 251 377,88 €
R1.2	Impostos indiretos	- € - €		- €		- €	- € - €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- € - €		- €		- €	- € - €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	8 004 904,43 € - €		- €		- €	8 004 904,43 € 9 411 573,07 €
R4	Rendimentos de propriedade	5 522 904,06 € - €		- €		- €	5 522 904,06 € 3 254 379,41 €
R5	Transferências e subsídios correntes	66 365 112,11 € - €		647 377,78 €		- €	67 012 489,89 € 62 823 013,31 €
R5.1	Transferências correntes	66 293 619,81 € - €		647 377,78 €		- €	66 940 997,59 € 62 759 013,16 €
R5.1.1	Administrações Públicas	66 114 311,58 € - €		647 377,78 €		- €	66 761 689,36 € 62 620 589,65 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	56 687 324,80 € - €		647 377,78 €		- €	57 334 702,58 € 53 061 336,70 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 117 378,60 € - €		- €		- €	2 117 378,60 € 1 075 338,22 €
R5.1.1.3	Segurança Social	- € - €		- €		- €	- € - €
R5.1.1.4	Administração Regional	- € - €		- €		- €	- € - €
R5.1.1.5	Administração Local	7 309 608,18 € - €		- €		- €	7 309 608,18 € 8 483 914,73 €
R5.1.2	Exterior - U E	179 308,23 € - €		- €		- €	179 308,23 € 138 423,51 €
R5.1.3	Outras	- € - €		- €		- €	- € - €
R5.2	Subsídios correntes	71 492,30 € - €		- €		- €	71 492,30 € 64 089,15 €
R6	Venda de bens e serviços	9 710 510,89 € - €		- €		- €	9 710 510,89 € 8 397 617,44 €
R7	Outras receitas correntes	3 197 678,88 € - €		- €		- €	3 197 678,88 € 552 419,87 €
Receita de capital		4 420 733,23 € - €		12 931 590,88 €		- €	17 352 324,11 € 25 197 419,99 €
R8	Venda de bens de investimento	668 542,60 € - €		- €		- €	668 542,60 € 68 885,33 €
R9	Transferências e subsídios de capital	3 716 511,63 € - €		12 931 590,88 €		- €	16 648 102,51 € 25 129 514,66 €
R9.1	Transferências de capital	3 716 511,63 € - €		12 931 590,88 €		- €	16 648 102,51 € 25 129 514,66 €
R9.1.1	Administrações Públicas	3 716 511,63 € - €		12 931 590,88 €		- €	16 648 102,51 € 25 129 514,66 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 716 511,63 € - €		9 654 573,91 €		- €	13 371 085,54 € 6 940 085,35 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- € - €		- €		- €	- € - €
R9.1.1.3	Segurança Social	- € - €		- €		- €	- € - €
R9.1.1.4	Administração Regional	- € - €		- €		- €	- € - €

R9.1.1.5	Administração Local	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2	Exterior - U E	- € - €	3 277 016,97 €	- €	- €	3 277 016,97 €	18 179 249,31 €
R9.1.3	Outras	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2	Subsídios de capital	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
R10	Outras receitas de capital	35 679,00 € - €	- €	- €	- €	35 679,00 €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	195 301,84 € - €	313,66 €	- €	- €	195 615,50 €	36 772,90 €
RA04	Receita efetiva [2]	160 411 409,36 € - €	13 579 282,32 €	- €	- €	173 990 691,68 €	170 924 646,87 €
	Receita não efetiva [3]	- € - €	- €	18 177 554,34 €	- €	18 177 554,34 €	18 177 554,34 €
R12	Receita com ativos financeiros	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- € - €	- €	18 177 554,34 €	- €	18 177 554,34 €	18 177 554,34 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	173 783 242,36 € - €	13 866 611,59 €	18 177 554,34 €	- €	205 827 408,29 €	192 767 648,83 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	- € - €	- €	- €	1 445 637,28 €	1 445 637,28 €	1 445 637,28 €
RUBRICA PAGAMENTOS							
	Despesa corrente	137 492 437,48 € - €	1 718 933,68 €	559 062,39 €	- €	139 770 433,55 €	120 653 879,73 €
D1	Despesas com o pessoal	63 688 700,34 € - €	558 276,30 €	- €	- €	64 246 976,64 €	56 065 192,32 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	48 347 272,26 € - €	558 276,30 €	- €	- €	48 905 548,56 €	42 015 782,79 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 148 088,56 € - €	- €	- €	- €	3 148 088,56 €	2 653 395,81 €
D1.3	Segurança Social	12 193 339,52 € - €	- €	- €	- €	12 193 339,52 €	11 396 013,72 €
D2	Aquisição de bens e serviços	48 990 042,45 € - €	1 160 657,38 €	559 062,39 €	- €	50 709 762,22 €	39 466 807,67 €
D3	Juros e outros encargos	1 687 265,96 € - €	- €	- €	- €	1 687 265,96 €	1 327 389,56 €
D4	Transferências e subsídios correntes	20 557 783,04 € - €	- €	- €	- €	20 557 783,04 €	22 019 168,82 €
D4.1	Transferências correntes	40 003 257,23 € - €	- €	- €	- €	40 003 257,23 €	22 092 922,99 €
D4.1.1	Administrações Públicas	8 687 686,72 € - €	- €	- €	- €	8 687 686,72 €	8 850 789,74 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	298 892,98 € - €	- €	- €	- €	298 892,98 €	279 307,56 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.3	Segurança Social	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4	Administração Regional	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5	Administração Local	8 388 793,74 € - €	- €	- €	- €	8 388 793,74 €	- €
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	6 629 426,29 € - €	- €	- €	- €	6 629 426,29 €	5 035 995,96 €
D4.1.3	Famílias	3 018 135,18 € - €	- €	- €	- €	3 018 135,18 €	5 829 669,20 €
D4.1.4	Outras	2 199 760,00 € - €	- €	- €	- €	2 199 760,00 €	10 731 905,25 €
D4.2	Subsídios correntes	22 774,85 € - €	- €	- €	- €	22 774,85 €	142 289,85 €
D5	Outras despesas correntes	2 568 645,69 € - €	- €	- €	- €	2 568 645,69 €	1 775 321,36 €
	Despesa de capital	20 535 767,23 € - €	8 565 652,33 €	3 814 762,07 €	- €	32 916 181,63 €	49 891 414,95 €
D6	Aquisição de bens de capital	12 990 082,93 € - €	8 565 652,33 €	3 814 762,07 €	- €	25 370 497,33 €	42 891 136,36 €
D7	Transferência e subsídios de capital	4 673 727,34 € - €	- €	- €	- €	4 673 727,34 €	4 378 954,23 €
D7.1	Transferências de capital	4 673 727,34 € - €	- €	- €	- €	4 673 727,34 €	4 378 954,23 €
D7.1.1	Administrações Públicas	4 544 226,22 € - €	- €	- €	- €	4 544 226,22 €	4 219 149,49 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €



D7.1.1.3	Segurança Social	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4	Administração Regional	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5	Administração Local	4 544 226,22 € - €	- €	- €	- €	4 544 226,22 €	4 441 204,79 €
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	129 501,12 € - €	- €	- €	- €	129 501,12 €	151 102,74 €
D7.1.3	Famílias	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4	Outras	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2	Subsídios de capital	- € - €	- €	- €	- €	- €	- €
D8	Outras despesas de capital	2 871 956,96 € - €	- €	- €	- €	2 871 956,96 €	2 603 359,36 €
DA03	Despesa efetiva [5]	158 028 204,71 € - €	10 284 586,01 €	4 373 824,46 €	- €	172 686 615,18 €	170 519 744,68 €
	Despesa não efetiva [6]	3 208 843,34 € - €	- €	21 000 000,00 €	- €	24 208 843,34 €	8 405 220,36 €
D9	Despesa com ativos financeiros	- € - €	- €	15 000 000,00 €	- €	15 000 000,00 €	- €
D10	Despesa com passivos financeiros	3 208 843,34 € - €	- €	6 000 000,00 €	- €	9 208 843,34 €	8 405 220,36 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	161 237 048,05 € - €	10 284 586,01 €	25 373 824,46 €	- €	196 895 458,52 €	178 924 965,04 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- € - €	- €	- €	773 660,40 €	773 660,40 €	773 660,40 €
	Saldo para a gerência seguinte	12 546 194,31 € - €	3 582 025,58 €	276 175,54 €	4 441 847,86 €	20 846 243,29 €	18 526 009,66 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	12 546 194,31 € - €	3 582 025,58 €	276 175,54 €	- €	16 404 395,43 €	13 842 683,79 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	- €			4 441 847,86 €	4 441 847,86 €	4 683 325,87 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	2 383 204,65 € - €	3 294 696,31 €	- 4 373 824,46 €		1 304 076,50 €	404 902,19 €
DA10	Despesa primária	156 340 938,75 € - €	10 284 586,01 €	4 373 824,46 €		170 999 349,22 €	169 192 355,12 €
DA11	Saldo corrente	18 302 936,81 € - €	- 1 071 555,90 €	- 559 062,39 €		16 672 318,52 €	25 036 574,25 €
DA12	Saldo de capital	-16 115 034,00 € - €	4 365 938,55 €	- 3 814 762,07 €		-15 563 857,52 €	-24 668 444,96 €
DA13	Saldo primário	3 223 656,29 € - €	2 505 776,76 €	-4 373 824,46 €		1 355 608,59 €	8 310 493,83 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	173 783 242,36 € - €	13 866 611,59 €	25 650 000,00 €		233 550 407,43 €	192 767 648,83 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	161 237 048,05 € - €	10 284 586,01 €	25 373 824,46 €		196 895 458,52 €	178 924 965,04 €

Quadro 34 – Demonstração do Desempenho Orçamental Consolidado.





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1 056 555 991 euros e um total de património líquido de 804 020 371 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe negativo de 23 012 618 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Nos termos do art. 3º, nº 1, do Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado extinguir-se-ia no dia 1 de janeiro de 2024. O mesmo art. 3º indica ainda, nos números seguintes, que, caso a concessionária – a entidade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (“Braval”) - não seja designada entidade gestora delegatária, os bens afetos à concessão que sejam da sua propriedade “transferem -se, livres de quaisquer ónus ou encargos e em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, para a entidade intermunicipal que os municípios utilizadores encarreguem da gestão do sistema intermunicipal”, bem como os direitos e relações jurídicas de que a concessionária seja titular, no contexto da concessão.

De acordo com as indagações efetuadas junto do órgão de gestão da referida entidade, apesar de estarem em curso as diligências necessárias para a criação do novo sistema intermunicipal, não foi ainda possível concluir formalmente esse processo, motivo pelo qual a administração solicitou junto do Ministério do Ambiente e da Energia uma prorrogação adicional do prazo da concessão do sistema multimunicipal, desta vez até 31 de dezembro de 2025, dada a necessidade de assegurar a continuidade do serviço público prestado. Todavia, tendo em conta o enquadramento legal acima explicitado e uma vez que não tivemos



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

conhecimento de qualquer resposta formal aos pedidos formulados com vista à prorrogação do prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 70/2023, de 22 de agosto, e as contas não se encontrarem ainda aprovadas pelos órgãos competentes, consideramos que esta situação representa uma limitação materialmente significativa para as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2024, pelos seus possíveis efeitos na entidade Braval, na sua participante direta Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (“Agere”) e no próprio Município de Braga, nas rubricas relacionadas e incluindo as divulgações conexas, que em nossa opinião se revelam necessárias.

2. Conforme divulgado no Relatório e Contas, ainda não foi obtida informação suficientemente completa e detalhada sobre as concessões da E-redes e do Consórcio Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. e Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A. quanto aos ativos incluídos nas respetivas concessões, o que impossibilitou o Grupo de proceder aos registos contabilísticos e às divulgações necessárias para dar integral cumprimento à *NCP 4 – Acordos de concessão: concedente*. Assim, não nos é possível apurar os eventuais ajustamentos decorrentes da situação exposta para as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no ativo (rubrica de ativos fixos tangíveis), no passivo (rubrica de diferimentos), no património líquido (resultados transitados) e no resultado líquido do período.
3. Apesar dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos e das regularizações efetuadas no património consolidado, decorrentes do Município (grande parte das quais registadas por contrapartida de resultados transitados, com a consequente reexpressão das contas do período comparativo), consideramos ainda não ter sido possível garantir a plenitude e mensuração dos ativos incluídos na rubrica de Ativos fixos tangíveis, designadamente quanto aos bens imóveis de domínio público e de domínio privado, com os correlativos efeitos nas depreciações (acumuladas e do exercício) e nos subsídios ao investimento, quando se trate de ativos co-financiados. Face ao descrito, à presente data consideramos ainda não serem passíveis de quantificação os eventuais ajustamentos necessários no ativo (rubrica de Ativos fixos tangíveis), no património líquido (resultados transitados e outras variações no património líquido) e no resultado líquido do período.
4. Apesar das melhorias relevantes verificadas nos últimos exercícios, consideramos ainda persistirem limitações quanto à obtenção de prova de auditoria suficiente para garantir a adequada mensuração dos rendimentos relativos à rubrica de Loteamentos e obras e a respetiva documentação de suporte, o que impossibilita a validação integral dos montantes registados contabilisticamente e relevados nas demonstrações financeiras consolidadas. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no ativo (clientes, contribuintes e utentes), no património líquido (resultados transitados) e no resultado líquido da Entidade, decorrentes da situação descrita.
5. No decurso do exercício de 2023 o terceiro Geswater – Águas e Resíduos, S.A. interpôs uma ação no Instituto de Arbitragem Comercial contra o Município de Braga, requerendo o pagamento à Agere – Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M. de um montante



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

aproximado de 30 118 000 euros, relativo à prestação de serviços de limpeza e higiene públicas dos anos de 2013 até 2022, acrescido de 11 534 000 euros a título de juros de mora. Tendo por base a informação disponível à data, foi reconhecida pelo Município no presente exercício de 2024 uma provisão no montante de 30 118 000 euros, tendo como contrapartida a rubrica de resultados transitados, com a correspondente reexpressão das contas do período comparativo (situação que foi devidamente anulada, como um ajustamento decorrente do processo de consolidação). Todavia, o referido processo ainda se encontra em curso, pelo que consideramos não nos ser possível determinar os eventuais ajustamentos necessários nas demonstrações financeiras consolidadas quanto aos juros de mora que o autor reclama. Identificamos ainda um conjunto de outros processos judiciais intentados contra o Município, que vêm apresentados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas como passivos contingentes, apesar de a informação fornecida pelos advogados sobre o respetivo desfecho nem sempre ser suficientemente clara e completa, dada até a complexidade jurídica e a antiguidade de alguns desses processos. Face ao descrito, e atendendo também à insuficiência das correspondentes divulgações incluídas no Anexo consolidado, consideramos não nos ser possível determinar os ajustamentos necessários nas demonstrações financeiras consolidadas de 2024, em particular no passivo (rubrica de provisões), no património líquido (resultados transitados) e no resultado líquido do período.

6. Até à presente data, as contas de 2024 da entidade Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. não se encontram aprovadas pelos respetivos órgãos competentes, dada a situação explicitada na reserva n.º 1 acima e as limitações daí resultantes. Também as contas de 2024 da entidade SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A. se encontram pendentes de aprovação, estando a decorrer as diligências necessárias com vista à liquidação da referida entidade e subsequente internalização da sua atividade na esfera do Município, o que se espera vir a concretizar até ao final do 1º semestre de 2025. Apesar de terem enquadramentos legais e formais distintos, consideramos que a não aprovação das contas das entidades supra identificadas pelos respetivos órgãos competentes representa uma limitação materialmente significativa, pelo que não nos podemos pronunciar sobre os eventuais impactos que daí possam advir para as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2024 e correspondentes divulgações.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfase

Relacionado com a limitação referida no ponto 5 acima e tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, consideramos relevante referir que não foram reconhecidas as Indemnizações Compensatórias/Contrato Programa que a Entidade se propõe a transferir para a sua participada Agere – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., relativamente aos exercícios de 2013 a 2024, uma vez que se encontra pendente a tramitação/resolução formal e regulamentar por parte das entidades competentes e da Tutela. Ainda assim, uma vez que os serviços de limpeza e higiene pública subjacentes aos referidos contratos-programa foram efetivamente prestados, o Município procedeu ao reconhecimento de uma provisão global no montante de 44 297 000 euros, a qual inclui o montante de 30 118 000 euros relativo ao período de 2013 a 2022 (tal como indicado anteriormente), o montante de 6 724 064 relativo ao exercício de 2023 e 7 455 147 referente ao valor estimado para o exercício de 2024. Importa mencionar que os montantes indicados foram eliminados no processo de consolidação, por decorrerem de transações recíprocas entre entidades incluídas no Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório consolidado de gestão consolidado anual com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 233 550 407 euros e um total de despesa de 196 895 459 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Uma vez que nem todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação orçamental prepararam de forma adequada, rigorosa e integral os elementos previstos na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental (em particular as entidades TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. e Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.), não nos foi possível apurar os eventuais efeitos da situação descrita no conjunto das demonstrações orçamentais consolidadas e, bem assim, no cumprimento integral do preconizado na NCP 26.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Sobre o relatório consolidado de gestão anual

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares – Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas" e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão anual foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

De referir que o Grupo iniciou a implementação efetiva da Contabilidade de Gestão, e apesar de ainda não se verificar o cumprimento integral da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma, perspetiva-se que no curto prazo tal se venha a concretizar.

Braga, 9 de junho de 2025

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.
(SROC 153; CMVM 20161463)
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

EXERCÍCIO DE 2024

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação.

2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

3. Os procedimentos adotados permitem-nos concluir que, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias incluídas como reservas na Certificação Legal das Contas por nós emitida nesta data (quer quanto às demonstrações financeiras, quer quanto às demonstrações orçamentais):

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;

- b) verificamos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

4. Face ao descrito nos pontos anteriores, somos de parecer que:

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 9 de junho de 2025

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.

(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)